



UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Programa de Pós Graduação em Educação

Viviane Patrícia Costa Prates

**O TRANSPORTE ESCOLAR PÚBLICO NOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO
JEQUITINHONHA: UM OLHAR PARA AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO PARA OS
MOTORISTAS**

**Diamantina
2023**

Viviane Patrícia Costa Prates

**O TRANSPORTE ESCOLAR PÚBLICO NOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO
JEQUITINHONHA: UM OLHAR PARA AS POLÍTICAS DE
FORMAÇÃO PARA OS MOTORISTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* Profissional em Educação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - campus Diamantina, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Mara Lúcia Ramalho

**Diamantina
2023**

Catálogo na fonte - Sisbi/UFVJM

P912 Prates, Viviane Patrícia Costa
2023 O Transporte Escolar Público nos municípios do Médio Jequitinhonha [manuscrito] : um olhar para as políticas de formação para os motoristas / Viviane Patrícia Costa Prates. - Diamantina, 2023.
99 p. : il.

Orientador: Prof. Mara Lúcia Ramalho.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) -- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Programa de Pós-Graduação em Educação, Diamantina, 2023.

1. Transporte Escolar Público. 2. A Microrregião de Araçuaí. 3. Políticas de formação para o motorista do transporte escolar. 4. Motorista do Transporte Escolar. 5. Qualidade social da Educação. I. Ramalho, Mara Lúcia. II. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

VIVIANE PATRÍCIA COSTA PRATES

**O TRANSPORTE ESCOLAR PÚBLICO NOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO JEQUITINHONHA: UM OLHAR PARA AS
POLÍTICAS DE FORMAÇÃO PARA OS MOTORISTAS**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, **nível de Mestrado**, como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre(a) em Educação**.

Orientador: Prof. Dra. Mara Lúcia Ramalho

Data de aprovação 09/03/2023.

Prof.^a Dr.^a Maria do Perpetuo Socorro de Lima Costa (UFVJM)

Prof. Dr. Leonardo Santos Neves (UFVJM),

Prof.^a DraShirleyPatrícia Nogueira de Castro e Almeida (UNIMONTES)



Documento assinado eletronicamente por **Mara Lúcia Ramalho, Docente**, em 24/03/2023, às 08:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SHIRLEY PATRÍCIA NOGUEIRA DE CASTRO E ALMEIDA, Usuário Externo**, em 24/03/2023, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Santos Neves, Docente**, em 03/04/2023, às 22:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria do Perpetuo Socorro de Lima Costa, Servidor (a)**, em 06/04/2023, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1023946** e o código CRC **FEB2CAC7**.

Referência: Processo nº 23086.004023/2023-91

SEI nº 1023946

RESUMO

O presente estudo tem a sua origem em eixos estruturantes da Linha de Pesquisa 2 – Educação, Sujeitos, Sociedade, História da Educação e Políticas Públicas Educacionais, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM; e tem como objetivo analisar as políticas públicas implantadas no território da Microrregião de Araçuaí, no período de 2018 e 2019, em prol da orientação e/ou formação dos motoristas do transporte escolar vinculados ao quadro das Secretarias Municipais de Educação, com um olhar para a qualidade social da educação. Trata-se de uma pesquisa documental, pautada na perspectiva de Cellard (2012), que se serve de uma abordagem qualitativa e de uma análise de conteúdos desenvolvida na perspectiva de Franco (2006). Os dados analisados se serviram de documentos constitucionais e infraconstitucionais informados pelos municípios, objeto do estudo: Araçuaí, Itinga e Virgem da Lapa em Minas Gerais. Como aporte teórico, esse trabalho se fundamenta dentre outros em Amabile (2012); Santos (2008); Freire (1997); Peroni (2015); Rodrigues (2020); Santos (2021); Flasch (2012); Silva (2009). Ao final das análises, chegou-se à organização de três categorias: A formação e/ou orientação do motorista escolar: lacunas e perspectivas; Arcabouço legal: do nacional ao regional; A organização de rotas para o Transporte Escolar nos municípios: Araçuaí, Itinga e Virgem da Lapa/MG. Essa organização possibilitou que fossem construídos direcionamentos, no sentido de compreender a problemática: As políticas públicas implantadas no território da microrregião de Araçuaí, no contexto de 2018 e 2019, apresentam elementos que caracterizam um diálogo com orientações e/ou formação dos motoristas do transporte escolar, da frota própria, vinculados ao quadro das Secretarias Municipais de Educação, dessa localidade, com um olhar para a qualidade social da educação? Assim, a pesquisa desvelou que o aprimoramento da qualidade social da educação, ofertada aos usuários do serviço de Transporte Escolar, demanda uma prática de ações intersetoriais; melhoria da comunicação entre o gestor da Secretaria Municipal de Educação, os diretores das escolas e usuários do Transporte; que a gestão pública, por meio de parcerias com Institutos Federais, Universidades, autoescolas e outros órgãos afins, promova a formação continuada do motorista do transporte escolar. A partir desta pesquisa, conclui-se que o Transporte Escolar é um programa que fortalece as políticas de acessibilidade dos estudantes às instituições escolares, mas necessário se faz que os municípios utilizem meios científicos para construir indicadores que favoreçam a organização de políticas de formação do motorista escolar, com impacto na qualidade social da educação.

Palavras-chave: Território. Transporte Escolar público. Qualidade Social. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The present study has its origin in structuring axes of Research Line 2 - Education, Subjects, Society, History of Education and Educational Public Policies, of the Postgraduate Program in Education of the Federal University of the Valleys of Jequitinhonha and Mucuri - UFVJM; and aims to analyze the public policies implemented in the territory of the Microregion of Araçuaí, in the period 2018 and 2019, in favor of the orientation and/or training of school transport drivers linked to the framework of the Municipal Departments of Education, with a look at the social quality of education. This is a documental research, based on Cellard's perspective (2012), which uses a qualitative approach and a content analysis developed in Franco's perspective (2006). The data analyzed used constitutional and infra-constitutional documents informed by the municipalities, object of the study: Araçuaí, Itinga and Virgem da Lapa in Minas Gerais. As a theoretical contribution, this work is based, among others, on Amabile (2012); Santos (2008); Freire (1997); Peroni (2015); Rodrigues (2020); Santos (2021); Flasch (2012); Silva (2009). At the end of the analyses, it was reached the organization of three categories: The formation and/or orientation of the school driver: gaps and perspectives; Legal framework: from national to regional; The organization of routes for School Transportation in the municipalities: Araçuaí, Itinga and Virgem da Lapa/MG. This organization allowed the construction of directions, in order to understand the problem: Do the public policies implemented in the territory of the microregion of Araçuaí, in the context of 2018 and 2019, present elements that characterize a dialogue with guidelines and/or training of school transportation drivers, from their own fleet, linked to the framework of the Municipal Departments of Education, in this locality, with a look at the social quality of education? Thus, the research revealed that the improvement of the social quality of education, offered to the users of the Scholar Transportation service, demands a practice of intersectorial actions; improvement of the communication between the manager of the Municipal Secretary of Education, the directors of the schools and users of the Transportation; that the public management, through partnerships with Federal Institutes, Universities, driving schools and other similar organs, promotes the continuous formation of the scholar transportation drivers. From this research, we conclude that the Scholar Transportation is a program that strengthens the accessibility policies of the students to school institutions, but it is necessary that the cities use scientific means to build indicators that favor the organization of school driver's training policies, with impact on the social quality of education.

Keywords: Territory. Public School Transportation. Social Quality. Public Policies.

AGRADECIMENTOS

A cada dia é momento de fazer travessia e, inúmeras vezes, ultrapassar as barreiras do mais profundo do nosso ser.

É diante desse novo caminho que quero deixar a minha gratidão. Em primeiro lugar, a Deus, fonte inesgotável de sabedoria e amor que, a cada instante, realiza milagres e encantamentos em minha vida, permitindo-me buscar a minha melhor versão.

Carinhosamente agradeço:

À querida Profa. Dra. Mara Lúcia Ramalho, ser humano maravilhoso que com sabedoria, dinamismo, garra, humildade e compreensão deixa a sua marca em defesa de um mundo melhor;

Aos professores da banca de defesa e aos demais membros do corpo docente do curso;

Aos prefeitos do CIDSMEJE e gestores das secretarias Municipais de Educação de Araçuaí, Itinga e Virgem da Lapa por disponibilizarem dados importantes para esse estudo;

Aos motoristas do transporte escolar pela inspiração para essa pesquisa;

A todas as pessoas que atravessaram comigo a experiência como Secretária Municipal de Educação de Araçuaí-MG, em especial, ao responsável, na época, pelo Transporte Escolar Gustavo Chaves Ferreira, pelo compromisso e competência nesse serviço;

Dedico às escolas, professores, alunos e a todos que defendem o direito à Educação do Campo ou da Cidade valorizando a sua cultura, sua história, sua identidade.

Por fim, a todos os que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a conclusão desta jornada tão magnífica.

Aos meus queridos filhos: Luísa e Vito, presentes de Deus em minha vida;

Aos meus pais: Geraldo e Ana, meu orgulho;

À minha irmã Doutora em Educação, Maria Riziane, joia preciosa, pelo
companheirismo na caminhada pessoal e profissional;

Aos meus irmãos: Gilvane, Gilsilane, Gilsivane, Gildivane e Girlano por serem
sempre presença forte em minha vida;

Aos motoristas do transporte escolar e estudantes, residentes na zona rural, que são
dependentes da política de transporte escolar, de forma especial, aos da microrregião de
Araçuaí.

O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa,
sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.
(GUIMARÃES ROSA. Grande Sertão: Veredas, 1994)

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A MICRORREGIÃO DE ARAÇUAÍ.....	40
QUADRO 2- DOCUMENTOS RECEBIDOS PELOS MUNICÍPIOS- UNIVERSO DA PESQUISA.....	43
QUADRO 3- QUESTÕES NORTEADORAS E O DIÁLOGO COM OS DOCUMENTOS.....	45
QUADRO 4 - PUBLICAÇÕES DO CATÁLOGO E TESES DA CAPES.....	49
QUADRO 5 – ANÁLISE DOS DOCUMENTOS SOBRE INDICATIVOS AUXILIARES NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PARA A FORMAÇÃO DOS MOTORISTAS.....	61
QUADRO 6- INDICATIVOS DE AÇÕES QUE CONTEMPLAM A QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO.....	64
QUADRO 7- LEGISLAÇÃO EM ÂMBITO FEDERAL.....	67
QUADRO 8- EXEMPLOS DE PONTOS DE APOIO QUE INTERLIGAM A RESIDÊNCIA DOS ESTUDANTES À ESCOLA.....	73
QUADRO 9 – INDICADORES NECESSÁRIOS À CONSTRUÇÃO DAS ROTAS DO TRANSPORTE ESCOLAR NOS MUNICÍPIOS DE ARAÇUAÍ, TINGA E VIRGEM DA LAPA.....	75
QUADRO 10- TIPOS DE ROTAS ADOTADAS PELOS MUNICÍPIOS DE ARAÇUAÍ, ITINGA E VIRGEM DA LAPA.....	76

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – MAPA DO VALE DO JEQUITINHONHA.....	26
Figura 2 - Dados demográficos do IBGE – 2010.....	28
Figura 3 – Reunião com os Gestores do Consórcio Intermunicipal para o desenvolvimento sustentável da região do Médio Jequitinhonha – CIDSMEJE.....	42
Figura 4 – Pesquisa no Catálogo e Teses de Dissertações da Capes.....	48
Figura 5 - Municípios que compõem o território do Vale do Jequitinhonha.....	53
Figura 6 - Mapa do Município de Araçuaí-MG.....	54
Figura 7 – Mapa do Município de Itinga-MG.....	55
Figura 8 - Mapa do Município de Virgem da Lapa-MG.....	56
Figuras 9 e 10 - Rotas adotadas para o Transporte Escolar no Município de Araçuaí-MG.....	78
Figura 11 - Rotas adotadas para o Transporte Escolar no Município de Itinga-MG.....	79
Figura 12 - Rota descritiva do transporte escolar no município de Virgem da Lapa – MG.....	81

LISTA DE SIGLAS

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CACCS FUNDEB /- Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb
DETRAN – Departamento de Trânsito
EEX – Entidade Executora
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-M- Índice de Desenvolvimento Humano
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
LDBEN – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação e Cultura
PAR- Plano de Ações Articuladas
PNATE – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
PROEX – Pró-reitoria de Extensão
PTE – Programa Transporte Escolar
SEE – Secretaria Estadual de Educação
SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 O TERRITÓRIO DA MICRORREGIÃO DE ARAÇUAÍ E A QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO.....	21
1.1 O território enquanto espaço habitado.....	21
1.1.1 A microrregião de Araçuaí: um território em discussão.....	24
1.1.2 O Médio Jequitinhonha e suas políticas territoriais: espaço urbano-rural/campo-cidade	27
2 O TRANSPORTE ESCOLAR PÚBLICO E A SUA QUALIDADE SOCIAL.....	30
2.1 Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar–PNATE.....	34
2.2 Programa Caminho da Escola/PAR/SINEL.....	35
2.3 O Transporte Escolar Público e a sua Qualidade Social.....	36
3 DIÁLOGOS E INTERAÇÕES.....	38
3.1 Tipo de pesquisa e abordagem: da pesquisa documental a uma abordagem qualitativa.....	38
3.2 Etapas para o desenvolvimento da pesquisa.....	40
3.2.1 1ª etapa – seleção dos documentos.....	40
3.2.1.1 Critério para seleção de municípios.....	41
3.2.2 2ª etapa – coleta de informações nos documentos dos municípios universo da pesquisa: Araçuaí, Itinga e Vargem da Lapa.....	43
3.2.3 3ª etapa – a análise de conteúdo.....	51
3.3 O universo da pesquisa.....	52
3.4 Procedimentos de análise.....	57
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO: DIÁLOGOS ENTRE O QUE DESVELAM OS DOCUMENTOS.....	59
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS.....	87
ANEXO 1.....	96
ANEXO 2.....	97
ANEXO 3.....	98
APÊNDICE.....	99

INTRODUÇÃO

A educação proporciona ao ser humano inovar a cada tempo o seu jeito de enxergar o mundo em suas várias amplitudes. Esse enxergar, olhar, conviver e se relacionar está para além do aspecto puramente individual, logo há de se entender e/ou pensar o coletivo. Brandão (2019) defende a existência de pessoas implicadas para além das relações pessoais, conseqüentemente, envolvidas em relações coletivas direcionando-as a uma dimensão envolvente na atenção ao diálogo em torno de saberes e conhecimento.

Sendo esse conjunto de aprendizagens necessário aos processos de formação, seja no âmbito de processos de formação inicial ou continuada¹pois, segundo Brandão (2019), esta reflexão precisa considerar o contexto de inserção de pessoas a lugares em que ocorrem diferentes situações de aprendizados. O autor ainda defende que todos os indivíduos estão envolvidos na educação e, portanto, recebem influências do processo de escolarização e de experiências da vida cotidiana.

Para Brandão (1981), a educação não tem apenas uma forma, um modelo que determine a sua existência e acrescenta que o lugar para que ela aconteça não necessariamente precisa ser somente a escola. Neste sentido, este estudo surge a partir da experiência da pesquisadora enquanto gestora da Secretaria Municipal de Educação de Araçuaí, Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, em especial, no trabalho desenvolvido com o serviço de transporte escolar e visa analisar as políticas públicas implantadas no território da Microrregião de Araçuaí, no período de 2018 e 2019, em prol da orientação e/ou formação dos motoristas do transporte escolar vinculados ao quadro das Secretarias Municipais de Educação, com um olhar para a qualidade social da educação.

A partir dessa reflexão, esta pesquisa quer evidenciar o lugar ocupado pelo motorista do transporte escolar em relação à educação e a sua qualidade social, uma vez que o fato de levar o estudante e possibilitar o acesso à escola, esse motorista se torna um colaborador no que se refere à educação como meio de desenvolvimento do ser humano o que compreende essa educação como algo que oportuniza o sujeito à concretização dos seus projetos de vida

¹ Formação inicial Trata-se de um esforço contínuo de profissionalização que pode acontecer dentro da faculdade ou fora dela. (<https://blog.pitagoras.com.br/formacao-continuada>, 2022)

agregando e somando assim à melhoria do seu modo de vida em sociedade. Considera ainda que esse profissional pode ir além de um servidor público que se ocupa da direção sistêmica de um veículo, mas com a possibilidade de se tornar parte de todo o processo educacional. Brandão (1981) compreende a importância da educação em todas as esferas da vida social. A educação pode ser como uma parte do jeito de viver de um povo criando e recriando a sua expressão na sociedade tanto em cultura, arte, religião, trocando experiências explícitas ou implícitas que permanecem de geração a geração a sua importância.

A partir desses desejos, somos movidos a compreender que o papel do motorista do transporte escolar pode alcançar uma função de sujeito protagonista de uma educação que valoriza todos os saberes para a formação da cidadania, em seus variados sentidos, como exemplo o fato de aconselhar os estudantes, usuários deste transporte escolar, a manterem uma boa relação de convivência dentro e fora do veículo, quando esse, exercendo um papel fundamental na oferta desse serviço público no trajeto para levar o aluno de casa para a escola e da escola para a casa, oportuniza um trajeto cheio de aprendizados. Consciente da sua função, enquanto motorista do transporte escolar, surgirá a possibilidade de se conceituar como um “educador social”? Será possível fazer a sua própria história, o seu caminho e, simultaneamente, ser um importante marco de presença no lugar em que ocupa?

Freire (1997, p. 64) afirma que:

é neste sentido que, para mulheres e homens, estar no mundo necessariamente significa estar com o mundo e com os outros. Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem “tratar” sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem ideias de formação, sem politizar não é possível.

Diante de constatações oriundas da literatura sobre o papel e a função do motorista do transporte escolar, enquanto educador, ressalta-se a sua colaboração no que se refere a uma educação intrinsecamente comprometida com o que reza a Lei n. 9.394/1996 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, quando preconiza que a educação abrange os processos formativos desenvolvidos na vida familiar, na convivência humana, além de outros, tornando o motorista um educador em potencial. Considera-se nesta escrita a relação diária, ou seja, o cuidado com cada estudante durante o trajeto; a garantia de uma boa convivência entre os

estudantes; o cuidado com as crianças menores ao subirem no carro e outros, que esse motorista tem com o estudante usuário desse transporte.

A oportunidade torna-se ímpar ao conviver com as atitudes, comportamentos e reações durante o percurso casa-escola/escola-casa, principalmente no que se refere ao atendimento escolar em todas as faixas etárias da educação básica. Há de se analisar em que aspecto social, humano-afetivo e comportamental antes, durante e depois do itinerário, essas relações são construídas e como esse quadro se apresenta. Assim, é importante que seja analisado por todos os lados, ou seja, família, criança-adolescente, jovem, escola, comunidade e o motorista, neste contexto. Para tanto, este estudo toma como universo os municípios localizados na Microrregião de Araçuaí: Araçuaí, Itinga e Virgem da Lapa - território do Médio Jequitinhonha.

É salutar referenciar o acesso à escola por meio do transporte escolar, uma vez que a população, de acordo com o plano de desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha, estratégias e ações, da Fundação João Pinheiro (MINAS GERAIS, 2017, p. 33), evidencia que, nesta região, uma grande parte da população habita a zona rural. Assim declara que:

Em 2010, data do último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 770 mil pessoas viviam nos dois territórios do Jequitinhonha, representando 3,9% da população total de Minas Gerais. Quase dois terços delas (61,3%) habitavam o Médio/Baixo Jequitinhonha. A proporção da população vivendo na área rural era de 38% em ambos os territórios, mais do dobro da verificada para o estado, de 15%.

Considerando essa grande parte da população habitante da zona rural, corrobora-se com Júnior e Netto (2011) em relação à educação enquanto estado de direito. Para essa população torna-se um importante marco para a “emancipação e cidadania de todos os sujeitos que trabalham no campo”.

Diante dessa considerável parte da população do campo, a Fundação João Pinheiro (2017) registra que houve uma diferença no Alto/ Médio e Baixo Jequitinhonha em relação à população do estado de Minas Gerais, ou seja, no Alto Jequitinhonha houve um crescimento da população urbana e diminuição da população rural, enquanto que no Médio e Baixo Jequitinhonha aconteceu o oposto.

Entre 2000 e 2010, a população cresceu em todos os microterritórios do Jequitinhonha, à exceção de Jacinto. No entanto, dado que esse crescimento foi inferior ao observado

para Minas Gerais, houve perda de participação na população total do estado ao longo da década. Em todos os microterritórios houve perda de população rural e crescimento da população urbana. No Alto Jequitinhonha, a população urbana cresceu mais que a do estado e a rural decresceu mais; no Médio/Baixo, ocorreu o inverso, ou seja, a população urbana cresceu menos que a do estado e a rural decresceu menos (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2017, p. 33).

Por tal perspectiva, a discussão a respeito do transporte escolar não é sinônimo pura e simplesmente de abrir uma “estrada”, adquirir um “bonito caminho” traçar uma “nova rota”, mas implica a compreensão do papel dos diferentes sujeitos envolvidos no processo em pauta. Emerge, então, a necessidade de estudos que possam contribuir para a compreensão de tal processo, em especial a lógica de organização dos setores de lotação do motorista escolar e se existem políticas públicas para a orientação de tais profissionais.

Em se tratando de políticas públicas e da oferta de um serviço de transporte escolar pelas prefeituras que se servem de um duplo caminho: contratação de empresas para a realização do transporte escolar e/ou efetivação de servidores vinculados ao próprio município, entende-se de grande valor trazer uma breve consideração sobre o que diferencia o público e o privado. De acordo com Ramalho (2016), a existência de um dos termos se traduz na negação do outro, existindo entre ambos uma autonomia em sua singularidade.

Esta interdependência será então classificada por Bobbio (1986) como grande dicotomia público e privado. Assim, visando maiores esclarecimentos sobre o que dá o status a dois termos de dicotomias, tomar-se-á a afirmação de Bobbio, quando menciona que os dois termos de uma dicotomia - por exemplo: guerra e paz – são passíveis de definição independente ou, se definido apenas um deles, o outro ganharia conceituação negativa – exemplo: a “paz” como “não-guerra” (Bobbio (2001) apud Ramalho, 2016, p. 31), Vale dizer, então, que: público = não privado; ou, então, privado = não público (RAMALHO, 2016, p.25)

Nesse sentido, é importante considerar que além da frota própria, alguns municípios fazem uso do chamado serviço de transporte escolar terceirizado. Conforme lemos no site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE, (BRASIL, 2017) o serviço do transporte escolar pode ser realizado pelos estados e municípios ou ainda por terceiros. Acrescenta-se que são serviços particulares que poderão ser contratados pela administração pública e, conseqüentemente, esses contratados deverão cumprir as normas regidas no contrato firmado com a administração. Outro aspecto relevante é que esses contratos serão de acordo

com a Lei n. 8.666/1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública (BRASIL, 1993), devendo, portanto, executar o serviço de acordo com essa legislação.

Tendo em vista as questões mencionadas, este estudo delimita como enfoque a temática “políticas públicas para o transporte escolar público” e tem como objetivo analisar as políticas públicas implantadas no território da Microrregião de Araçuaí, no período de 2018 e 2019, em prol da orientação e/ou formação dos motoristas do transporte escolar, vinculados ao quadro das Secretarias Municipais de Educação, com um olhar para a qualidade social da educação.

A demanda pela atuação no Transporte Escolar, em rede, em colaboração, ou seja, onde há uma parceria entre município e estado para realizar a oferta desse serviço público aos estudantes das escolas, tanto municipais quanto estaduais e, prezando pela qualidade desse atendimento, suscitou, na pesquisadora, algumas perguntas que, para uma melhor compreensão deste objeto de estudo, foram consideradas como questões norteadoras: Existem políticas de formação e/ou orientação do motorista do transporte escolar, com uma perspectiva educativa? Se existem, quais políticas e/ou ações identificadas dialogam com processos que primam pela qualidade social da educação? A ausência ou a presença de ações e/ou políticas públicas para a formação do motorista do transporte escolar impactam no uso do serviço pelos discentes? As ações identificadas podem ser entendidas como eixos estruturantes para a qualidade social da educação? Qual é o arcabouço legal legitimado pelos poderes constituídos nos municípios como objeto desse estudo? Existem orientações específicas para os motoristas em atuação no transporte escolar público que podem ser consideradas constituintes para o fortalecimento desse serviço? Existem, nas secretarias, processos de formação/orientação para os motoristas escolares?

Assim, partindo do pressuposto de que um processo de formação, independente do sujeito a quem se destina, pressupõe que se humaniza, humanizando, a partir do desenvolvimento das capacidades implícitas à função e que a formação continuada pode assumir perspectivas que talvez não se identifiquem com os formatos convencionais costumeiramente adotados para formação em espaços de educação formal e não formal, é que surge esta pesquisa.

O trato da educação comumente traduz, com maior força, a formação dos profissionais da área, debruçando-se nos estudos, cujo objeto é a formação de professores. No entanto, não

se pode negar que o motorista do transporte escolar tem uma relação com a administração pública, estudante, escola, comunidade. Ação esta que o qualifica como parte de uma equipe que se organiza na categoria educação. E, portanto, deve passar por um processo de formação que o permita desenvolver práticas educativas.

Por tal perspectiva, ao se buscar compreender as demandas formativas do motorista é importante buscar compreensão em Freire (1997, p. 159), quando este menciona que “ensinar exige querer bem aos educandos. Significa uma aproximação com a afetividade e, a partir desta abertura, autenticamente, surge a maneira de selar o compromisso com os educandos, numa prática específica do ser humano”. Diante de tal afirmação, vale ressaltar que ao se trabalhar com pessoas, conseqüentemente, existirão afetos entrelaçados e/ou desafetos, que dependerão das relações interpessoais e afinidades construídas.

Para tanto, no que diz respeito ao motorista do transporte escolar, este estudo considera relevante que haja uma formação assegurando a ele maior qualidade em suas atitudes e comportamentos no percurso atendido.

Ao conceituar como relevante esta temática é importante, em primeiro lugar, considerar as legislações e programas referentes ao Transporte Escolar no âmbito Federal, Estadual e Municipal, a saber: a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9394/1996; o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), o Programa Caminho da Escola. (BRASIL, 2011, p. 02), bem como documentos organizados pelas prefeituras dos seguintes municípios da microrregião de Araçuaí: Araçuaí, Itinga e Virgem da Lapa, objetivando a orientação e/ou formação dos motoristas do transporte escolar público em atuação nas Secretarias Municipais de Educação.

Após o exposto, pode-se afirmar que as políticas de transporte escolar têm como pilares estruturantes importantes marcos constitucionais e infraconstitucionais². Na Constituição Federal de 1988, evidenciando a garantia e oferta desse serviço por meio legal, aos que se referem à legislação, merece destaque o artigo 212 que menciona:

² Constitucionais estão na lei maior do país, ou seja, na Constituição Federal e os infraconstitucionais estão, hierarquicamente, em situação inferior à Constituição Federal.

A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1988, p. 96).

Nesse caso, é importante destacar que, se por um lado cabe à esfera governamental assegurar o financiamento para o transporte escolar público, por outro, ao assegurar o deslocamento do cidadão, pode-se garantir o direito de acesso à Educação, em atendimento ao princípio constitucional, preconizado no Art. 205 no qual está registrado que a Educação é direito de todos: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 94).

Conforme encontra-se destacado nas orientações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, atribui-se grande importância ao Programa Nacional de Transporte Escolar - PNATE, por ter sido criado em 1994 com o objetivo de contribuir financeiramente com os municípios e organizações não governamentais para a aquisição de veículos no atendimento aos alunos da rede pública de ensino fundamental residentes na área rural e das escolas de ensino fundamental para alunos com necessidades educacionais especiais.

O FNDE é um órgão ligado ao Ministério da Educação que contribui para a oferta de transporte escolar de forma gratuita. Em 2004, por meio da Lei n. 10.880, essa oferta passa a ser de responsabilidade do PNATE e do Programa Caminho da Escola. O PNATE consiste na transferência automática de recursos financeiros aos estados, Distrito Federal e municípios, sem necessidade de convênio ou outros instrumentos congêneres (BRASIL, 2004).

A política de transporte escolar tem uma abrangência nacional. No entanto, merece destaque, nesta pesquisa, uma discussão sobre a implantação de tal política no estado de Minas Gerais, tendo em vista ser este o território em que se situa o universo do estudo em questão. Em 2015, foi promulgada a Lei n. 21.777, que instituiu o Programa Estadual de Transporte Escolar – PTE, direcionado a estudantes da rede estadual de ensino residentes em zona rural. Esta lei oferece ao município a possibilidade de participar do programa ao firmar um termo de adesão por intermédio da Secretaria de Estado de Educação – SEE (MINAS GERAIS, 2015).

Ao se pensar na vasta dimensão territorial do Estado de Minas Gerais, este estudo apresenta um recorte na discussão sobre o transporte escolar público na região denominada Vale do Jequitinhonha, localizada no Nordeste de Minas Gerais, constituída por 55 municípios. O Vale é considerado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE uma das 12 mesorregiões do Estado (UFMG, 2018).

Conforme registros da Pró-Reitoria de Extensão – ProEx (UFVJM, 2021), mesorregião são regiões compostas por diversos municípios de uma determinada área geográfica de um estado brasileiro, em que são levadas em consideração similaridades destes municípios em áreas sociais e econômicas. A partir de 2017, o que antes era **mesorregião** passou a ser chamada, pelo IBGE, de **Região geográfica intermediária**.

Diante do exposto, o texto desta dissertação está organizado em uma introdução seguida de quatro capítulos. A introdução esboça as questões e os objetivos de estudo, bem como a importância social do tema.

O capítulo I, intitulado O Território do Médio Jequitinhonha, versa sobre o território de pesquisa, apontando os municípios que o compõem. Segundo Santos (1998), território traduz-se como espaço usado, não uma mera extensão, mas como lugar de força da sociedade civil.

O segundo capítulo, O transporte escolar público e a sua qualidade social, trata da qualidade social da educação e os programas de apoio ao transporte escolar, como o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE e o Programa Caminho da Escola, que fazem parte do Programa de Ações Articuladas – PAR, inseridos na Plataforma do Sistema Integrado de Monitoramento e Controle da Educação - SIMEC.

No terceiro capítulo são abordados os Percursos Metodológicos, a partir de uma pesquisa documental com embasamento teórico em Cellard (2012), de abordagem qualitativa e numa análise de conteúdo considerando o que preconiza Franco (2005), dentre outros.

O quarto capítulo apresenta as Categorias de Análise, tecendo problematizações a partir dos dados mapeados (ou identificados, ou levantados) na pesquisa, junto aos municípios da microrregião de Araçuaí - médio Jequitinhonha e suas políticas de formação e/ou orientação para o motorista do transporte escolar. Por fim, as considerações finais foram tecidas pela indagação e análise dos dados encontrados.

1 O TERRITÓRIO DA MICRORREGIÃO DE ARAÇUAÍ E A QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO

Neste capítulo será discutido o conceito de território na perspectiva de Milton Santos (1998), que o entende como espaço habitado, sendo possível, portanto, perceber a diferença entre espaço e território como ferramenta útil para a compreensão do bom uso e ocupação desse espaço.

Neste sentido, é apropriado entender o universo onde está situado o território da análise deste estudo, ou seja, a microrregião de Araçuaí, situada no Vale do Jequitinhonha, estado de Minas Gerais, que apresenta as subdivisões: alto, médio e baixo compreendendo os espaços urbanos e rurais, bem como os elementos e dimensões implícitos ao conceito de qualidade social que se vincula, na perspectiva de Flach (2012) a um posicionamento político e ideológico constituído historicamente.

1.1 O território enquanto espaço habitado

A diversidade territorial de cada espaço, segundo Santos (1998, p. 16) pode ser entendida como: “formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. Acrescenta ainda que esse território pode ser formado de lugares contíguos e em rede, contendo ao mesmo tempo funcionalizações diferentes e até mesmo divergentes.

Para uma visão de território como objeto da análise social, Santos (1998, p. 15) afirma que

vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro.

Assim, diante do exposto, o território pode ser considerado como espaço de identidade, ou seja, um retrato de um jeito de viver de um povo, os seus costumes que estão para além do espaço físico. Ainda neste sentido, o território pode ultrapassar essa visão de

espaço, demonstrando que pode existir a partir de um grupo, de uma causa ou até mesmo uma definição de poder.

Por tal perspectiva, a discussão sobre território dialoga com os conceitos de espaço, região, lugar, paisagem. O espaço se reconhece por meio dos objetos nele contidos, já o território surge de relações que se estabelecem neste espaço. Entre território, lugar, região, paisagem e espaço considera-se o que dizem Sturmer e Costa (2017, p.2):

Sendo o território um dos conceitos mais importantes para a Geografia, ao lado da região, paisagem, lugar e espaço, é concebido como uma ferramenta útil para compreender as diferentes formas de apropriação do espaço, seu uso e ocupação. Auxilia-nos a compreender as relações de poder existentes na sociedade e que justificaram sua delimitação em certos momentos históricos, assim como sua alteração e acréscimos ao longo do tempo.

De tal forma, ao se pensar em território, faz-se necessário compreendê-lo, segundo Santos (2006), para além do espaço geográfico, mas como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistema de ações, cuja compreensão demanda o entendimento de algumas categorias: “a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades, as formas-conteúdo, problemas com a região e do lugar, uso das redes e das escalas.” (SANTOS, 2006, p. 22,23).

Diante do exposto, não se pode negar que as categorias para a compreensão do espaço preconizadas por Santos (2006) demandam um exercício analítico a respeito das particularidades, a temporalização e a ideologia que perpassam as relações e inter-relações de um determinado espaço. O que permite olhar para o espaço e identificá-lo como dialético, vez que, por tal perspectiva, tempo e espaço se tornam indissociáveis, “pois a cada sistema temporal, o espaço muda” (SANTOS, 2006, p. 51).

Pode-se afirmar então que, neste estudo, o espaço geográfico tem sido tratado levando-se em conta as mudanças na economia e na organização social que culminam, segundo Camargo (2005, p. 103), “[...] na produção de um espaço que envolve uma totalidade de sistemas econômicos, sociais, históricos, culturais e políticos. O que caracteriza a passagem de uma mentalidade unilateral para uma visão multilateral no tratamento dos conceitos de território, espaço e lugar”.

Tendo em vista a natureza do objeto da pesquisa em pauta, é que demanda situar o universo para o desenvolvimento do estudo, que traz como abordagem o território da microrregião de Araçuaí, situada no Médio Jequitinhonha, localizado no Estado de Minas Gerais. Essa microrregião é composta por 08 municípios. Diante do contexto, tendo por base aspectos similares e contraditórios implícitos ao espaço da microrregião de Araçuaí e ainda imbuído pelo sentido de que, segundo Machado (2001, p. 337): [...] “conhecer é tecer significações e partilhar significados”, bem como construir significações e partilhá-las, é que faz-se necessário conhecer alguns conceitos conexos que foram utilizados por Milton Santos para auxiliar na compreensão das relações que se estabelecem neste território e que encontram-se imbuídas de dinâmicas socioeconômicas, educacionais, políticas e interferem diretamente nos fenômenos que passam a coexistir nesse espaço que, em um sentido metafórico, se estruturam em rede sem perder as características peculiares de cada espaço.

Sendo assim, para dar maior clareza a essas dinâmicas socioeconômicas e políticas que caracterizam as peculiaridades de cada espaço, consideram-se outros conceitos conexos que, segundo Santos (2000), são a territorialidade, a desterritorialização, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, as especializações territoriais produtivas e a competitividade territorial. Para este estudo, terão maior ênfase os conceitos de territorialidade e desterritorialização por serem entendidos como os que mais se afinam com o estudo em pauta.

O conceito de territorialidade pressupõe uma ideia de um pertencimento do sujeito em um determinado espaço que assenta as suas “[...] bases na política da economia, da cultura, da linguagem, formando um conjunto indissociável (comunidade)” (SANTOS, 2000, p. 31), o que fortalece os vínculos de identidade de um determinado espaço.

Outro conceito conexo com nossa discussão é a desterritorialização, a qual evidencia que os vínculos de pertencimento e de identidade sociocultural muitas vezes não são percebidos por meio de objetos materiais e que a chamada solidariedade interna serve para beneficiar ou se opor aos “vetores da racionalidade econômica” uma vez que o território “não é um dado neutro nem um ator passivo”. (FUINI, 2015, p.10).

Nesse sentido de pertencimento e de reconhecimento do território habitado para além dos aspectos socioculturais, políticos, econômicos e educacionais há de se considerar a qualidade social da educação, que em muito colabora para uma transformação social,

proporcionado ao sujeito maior possibilidade de interação e emancipação para atuar em seu espaço e/ou território. Ao que se refere à qualidade social da educação, ressalta-se que, segundo Flash (2015, p. 8) “as publicações sobre o tema da qualidade social em educação apontam para a participação da população na construção de uma escola de qualidade, desde que a educação, enquanto política pública, possibilite o espaço necessário para esse envolvimento.”

Nesse sentido, a educação passa a ser entendida como meio que oportuniza aos sujeitos, de um determinado território, uma maior participação e envolvimento para a construção da sua qualidade social.

Ao se pensar em qualidade social em um determinado território é que se apresenta, neste estudo, a microrregião de Araçuaí, situada no Vale do Jequitinhonha, Estado de Minas Gerais.

1.1.1 A Microrregião de Araçuaí: um território em discussão

A Microrregião de Araçuaí, segundo Souza e Henriques (2010, p. 21), é uma das 10 Microrregiões geográficas da Mesoregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - MESOVALES. Os autores afirmam (2010, p. 20) que “a Mesovales foi criada em 1999, pelo Ministério da Integração Nacional com o propósito de promover políticas de desenvolvimento regional em áreas de fronteiras. É salutar que sendo Minas Gerais um estado de grande extensão demográfica, faz-se necessário descentralizar as políticas públicas de acordo com a realidade de cada região.”

Ainda em Souza e Henriques (2010) é possível verificar o que é o Vale do Jequitinhonha e os seus componentes em relação ao estado de Minas Gerais. Há que se compreender a diversidade existente neste estado em seus aspectos históricos, econômicos e culturais confrontando com três grandes raízes da nossa cultura, sendo elas: “o branco colonizador; o negro escravizado e os nativos indígenas o que, em muitos olhares, são entendidas como riquezas, em outros é possível enxergar os desafios em nova nuance como um lugar pobre e de muitas misérias. Assim defendem Souza e Henriques (2010, p.12):

Esse longo tempo de ocupação do território, que pôs em confronto as três grandes matrizes da nossa cultura – o branco colonizador, o negro escravizado e os nativos indígenas – associado às várias atividades aí desenvolvidas, fizeram de Minas Gerais

um estado de extraordinária diversidade. Se essa diversidade tem sido exaltada como uma das riquezas do Estado, sua outra face – a desigualdade – tem trazido enormes desafios a todos aqueles que se têm ocupado tanto em “pensar Minas” quanto em elaborar políticas públicas equalizadoras. É diante desse desafio que o Vale do Jequitinhonha tem sistematicamente emergido com “região problema”, cujas imagens a seu respeito, mesmo considerando suas “riquezas culturais”, invariavelmente o apontam como o “Vale da miséria”.

A respeito do Vale do Jequitinhonha é possível destacar a sua diversidade. Sendo reconhecido como território de um povo sertanejo e muitas vezes considerado como um lugar de abandono, de estagnação, é importante retratar o jeito artístico pelo artesanato, pela música (em corais religiosos), serenatas e danças culturais.

Dizem Souza e Henriques (2010, p. 13) que “o Vale tem recorte variados, cujas fronteiras se situam nos diversos limites estabelecidos por agências governamentais e não-governamentais, públicas e privadas, institucionalizadas ou não.” Portanto, cabe nesta dissertação considerar a relevância de políticas públicas em relação à formação do motorista do transporte escolar e/ou orientação para seu desempenho, prevalecendo assim a garantia de uma qualidade da educação e, conseqüentemente, à acessibilidade por parte dos estudantes prioritariamente habitantes na zona rural. Na Figura 1 apresenta-se o mapa do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais- Brasil onde pode-se visualizar o município de Araçuaí cuja microrregião é objeto desse estudo.

Figura 1: Mapa do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais - Brasil



Fonte: Disponível em: < <http://cenedcursos.com.br/meio-ambiente/meio-jequitinhonha-mg-populacoes-ribeirinhas-umestudo-de-caso/mapa-vale>>. Acesso em: 10 de set. 2022.

Para um melhor conhecimento do território do Vale do Jequitinhonha considera-se que, de acordo com o IBGE, ele está inserido entre as 12 mesorregiões de Minas Gerais e situado ao Nordeste representando 14% do Estado. Por sua vez, está subdividido em três microrregiões: Baixo, Médio e Alto Jequitinhonha. A palavra Jequitinhonha corresponde ao dialeto Maxacalis “rio largo e cheio de peixes” dado a sua herança indígena (UFMG,2018, p. 1). É uma região de uma cultura riquíssima e carrega uma diversidade em suas manifestações de cantigas, danças, artesanato e outros.

Nessa percepção, é salutar considerar a realidade do território do Vale do Jequitinhonha, ou seja, um lugar de diversidade cultural que, por um lado, conforme registrado em documento “ Sobre o Vale do Jequitinhonha (UFMG, 2018), são encontradas das matas ao cerradões, dos campos rupestres à caatinga, dos diamantes e águas-marinhas ao granito e ao minério de ferro, somando também a esse cenário grandes distâncias a percorrer com casas distantes longe de tudo e, por outro lado, espaços agitados pelas pessoas jovens com sonhos e vontade de encontrar possibilidades.

Sendo assim, levando em consideração as longas distâncias do território, é que se apresenta o Médio Jequitinhonha e suas políticas territoriais.

1.1.2 O Médio Jequitinhonha e suas políticas territoriais: espaço urbano-rural/campocidade

Segundo Pereira, Ribeiro e Almeida (2016), o Médio Jequitinhonha apresenta-se como um território rural do semiárido situado no curso médio do rio Jequitinhonha ao Nordeste de Minas Gerais. Esse território possui características mescladas entre o Alto e Baixo Jequitinhonha, uma vez que está situado entre eles.

No Alto, a partir do século XIX, houve uma queda da mineração por ora dominante o que abriu espaço para a produção familiar que cresceu nos municípios rio abaixo até o oceano. Ao que se trata do Baixo Jequitinhonha, o mesmo apresenta “forte presença da antiga fazenda de gado, decadente em termos de produção, renda e poder, mas com domínio firme da terra, muito concentrada e disputada por um aguerrido movimento social e sindical.” ao respeito do rural do Médio Jequitinhonha, ressalta-se que 40% da sua população vive no campo com considerável porcentagem da agricultura familiar (PEREIRA, RIBEIRO E ALMEIDA, 2016).

No que diz respeito ao território em estudo, faz-se necessário entender que existem diferentes divisões dos municípios nesta região. Defendem Pereira, Ribeiro e Almeida (2016) que:

Na criação do Território do Médio Jequitinhonha foram reunidos em uma só instância essas áreas com características históricas e tecidos sociais bastante diferentes. Além disso, reúne municípios que, embora possam estar fisiograficamente situados no vale do Jequitinhonha, mantêm relações econômicas, políticas e culturais muito sólidas com o vizinho Vale do Mucuri, e deste preferem fazer parte.

O Médio Jequitinhonha, que faz parte do universo deste estudo, conforme Figura 2 (abaixo), compõe-se de 19 municípios: Águas Vermelhas, Angelândia, Araçuaí, Berilo, Cachoeira de Pajeú, Chapada do Norte, Comercinho, Coronel Murta, Francisco Badaró, Itaobim, Itinga, Jenipapo de Minas, José Gonçalves de Minas, Medina, Novo Cruzeiro, Padre Paraíso, Pedra Azul, Ponto dos Volantes e Virgem da Lapa.

Figura 2: Dados demográficos do IBGE – 2010

Dados Demográficos

Município	Área (em Km ²)	2000			2010		
		População Total (hab.)	População Urbana (hab.)	População Rural (hab.)	População Total (hab.)	População Urbana (hab.)	População Rural (hab.)
Águas Vermelhas	1,259.28	11,864	8,112	3,752	12,722	8,941	3,781
Angelândia	185.21	7,470	3,228	4,242	8,003	4,036	3,967
Araçuaí	2,236.28	35,439	20,293	15,146	36,013	23,435	12,578
Berilo	587.11	12,989	3,024	9,965	12,300	3,888	8,412
Cachoeira de Pajeú	695.67	8,520	3,135	5,385	8,959	4,461	4,498
Chapada do Norte	830.97	15,220	4,858	10,362	15,189	5,694	9,495
Comercinho	654.96	8,705	2,949	5,756	8,298	3,547	4,751
Coronel Murta	815.41	9,124	6,467	2,657	9,117	6,693	2,424
Francisco Badaró	461.35	10,294	2,463	7,831	10,248	3,191	7,057
Itaobim	679.02	21,258	16,069	5,189	21,001	15,779	5,222
Itinga	1,649.62	13,836	5,724	8,112	14,407	6,554	7,853
Jenipapo de Minas	284.45	6,461	2,012	4,449	7,116	2,883	4,233
José Gonçalves de Minas	381.33	4,706	783	3,923	4,553	1,138	3,415
Medina	1,435.90	21,600	14,459	7,141	21,026	15,092	5,934
Novo Cruzeiro	1,702.98	30,440	8,374	22,066	30,725	10,522	20,203
Padre Paraíso	544.38	17,466	10,686	6,780	18,849	11,520	7,329
Pedra Azul	1,594.65	23,568	20,051	3,517	23,839	21,006	2,833
Ponto dos Volantes	1,212.41	10,524	3,058	7,466	11,345	4,031	7,314
Virgem da Lapa	868.91	13,661	5,878	7,783	13,619	6,840	6,779
Total	18,079.89	283,145	141,623	141,522	287,329	159,251	128,078

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2000); IBGE, Censo Demográfico (2010).

Ao observar os dados coletados no Censo Demográfico 2000 e 2010, nota-se o aumento da população total que passou de 283.145 em 2000 para 287.329 em 2010, uma variação de 1,48%. Com relação à população rural, houve uma redução de 9,50%.

Fonte: IBGE – Censo demográfico 2010

De acordo com a Figura 2, que apresenta os dados demográficos do Território do Médio Jequitinhonha é possível visibilizar a grande extensão desse território.

Sendo esse território de grande extensão, essa análise caracteriza a enorme necessidade de conexão entre esses espaços. Sendo assim, esse estudo traz a temática do transporte escolar como meio que viabiliza essa interlocução entre esses referidos espaços.

De acordo com UFMG (2018), em todo o Vale do Jequitinhonha, segundo dados do IBGE, há cerca de mais de 950 mil habitantes e dois terços vivem na zona rural, o que traduz

em demanda de necessidade do transporte escolar para o acesso à educação.

Esse território possui características econômicas e sociais que o diferenciam de outros. Considera-se que a base da sua economia é a agricultura familiar, tendo essa fonte de renda como principal sustentação para o núcleo familiar e acrescenta-se a questão cultural pela relação entre o agricultor e a terra como elemento de tradição familiar. Cabe ressaltar a sua expressividade no estado de Minas Gerais que, segundo o polo Jequitinhonha UFMG (2018, p.2):

as regiões do Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha representam 9% da produção do estado, contando com cerca de 78 mil agricultores. Essa produção representa a principal base econômica das famílias do Jequitinhonha, como ressalta o diretor de políticas agrícolas de Minas Gerais, Marcos Vinícius: “Ao analisarmos os dados econômicos do Vale, vemos que a base provém da agricultura e pecuária, e a maioria desses produtores são agricultores familiares.

A partir dessa relação com a tradição familiar, conforme se vislumbra o Território como historicização do espaço geográfico cujo uso é determinado pelas relações sociais e pelo uso do poder público, entende-se que o povo cria o espaço na utilização do território (SANTOS, 1998). Dentre essas relações sociais e na criação dos espaços, é válido entender que o Vale do Jequitinhonha tem nessas três microrregiões: Baixo, Médio e Alto Jequitinhonha, as peculiaridades.

Para uma melhor compreensão desse território, faz-se importante citar que o Baixo Jequitinhonha compreende a microrregião de Almenara, a mais próxima do Estado da Bahia, enquanto o Médio abrange as regiões de Pedra Azul e Araçuaí. Por fim, mais próximo da Região Metropolitana de Belo Horizonte, há o Alto Jequitinhonha que reúne as microrregiões de Diamantina e Capelinha (UFMG, 2018).

Considerando as peculiaridades dessa microrregião de Araçuaí é que se pontua a educação e sua qualidade social como importante contribuição e oportunidade de aproximação entre os sujeitos por meio do transporte escolar e, conseqüentemente, uma maior interação para o reconhecimento e valorização do referido território.

2 O TRANSPORTE ESCOLAR PÚBLICO E A SUA QUALIDADE SOCIAL

Neste segundo capítulo, o transporte escolar, como serviço público a ser ofertado pelos gestores governamentais, será tratado a partir das leis que o regulamentam, bem como sobre o entendimento entre o que significa público e privado, primando pela qualidade social da educação.

O direito a esse serviço público é previsto pela Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB9394/96, os programas nacionais do transporte escolar como: PNATE, PAR, Caminho da escola, entre outros.

No que se refere à organização do marco teórico que compõe este estudo, em especial a construção da política de transporte escolar público, faz-se necessário refletir conceitos transversais às discussões do objeto em questão. Dentre eles, pode-se mencionar em primeiro lugar a relação entre o público e o privado na política educacional que, segundo Peroni (2013), constitui elemento estruturante para as mudanças sociais e econômicas que perpassam diferentes territórios e culminam na organização de políticas públicas em prol ao atendimento de demandas que emergem do contexto social.

Ainda com o apoio dos pressupostos de Peroni (2015, p. 36) é possível entender a correlação entre público e privado na promoção do direito social à educação e suas consequências e desafios para a consolidação da esfera pública no Brasil, devido a sua aproximação com o setor privado. O autor (2015, p. 41) destaca que:

em uma perspectiva *lato sensu*, até os anos 1930, a educação pública apresentava um caráter privatizante, servindo aos interesses das elites e dos grupos hegemônicos da sociedade, segregando do processo educacional a maioria da população. Porém, tal realidade não se coadunava com o atual perfil capitalista-industrial que o Estado passava a incorporar. Era premente a necessidade de alteração no sistema de organização e prestação educacional. A educação, segundo o “enlace” histórico entre o público e o privado que a caracteriza, sofreu rupturas e/ou permanências ao longo da trajetória brasileira, adaptando-se às condições materiais e estruturais do contexto político e econômico.

Por tal perspectiva, tanto o Estado quanto a sociedade civil são partes constitutivas do movimento de correlação de forças de sujeitos situados em um contexto histórico e geográfico, perpassados por projetos societários distintos. Em especial, amparados por direitos constitucionais, preconizados pela Constituição Federal de 1988, que asseguram o direito à Educação.

Ao se pensar na construção teórica, pode-se mencionar ainda neste estudo que o conceito de políticas públicas estará pautado nos pressupostos de Amabile (2012), que as apresenta como decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla, visando à satisfação do interesse de uma coletividade.

Por tal entendimento, pode-se afirmar que, ao se pensar em políticas públicas, é preciso vinculá-las à concretização das ações governamentais que influenciam na construção e desenvolvimento de valores e ideais que orientam a relação entre Estado e sociedade. Constatação de relevância ao se pensar no cenário de organização das políticas públicas para o transporte escolar público em território nacional.

Assim, segundo Amabile (2012), a compreensão de uma política pública demanda necessariamente a análise de quatro etapas: formulação, execução, monitoramento e avaliação. Ao se adotar tal lógica, as políticas obedecem a uma classificação com efeito didático e permitem a visualização desde a inclusão até a sua real efetividade. O autor menciona ainda sobre a constituição dessas políticas públicas, no sentido de que as mesmas

Podem ser constituídas com uma função distributiva, redistributiva ou regulatória e inspiram o constante debate sobre a modernização do Estado e, por isso, estão contemporaneamente se fundando mais em estruturas de incentivos e menos em estruturas de gastos governamentais. (AMABILE, 2012, p.390).

Diante do cenário teórico que se apresenta neste estudo, a temática transporte escolar será discutida por uma perspectiva de um programa que integra o cenário das políticas públicas no Brasil e que demandam investimento em análises no contexto acadêmico e ainda alguns conceitos que dialogam com tal política e viabilizam a compreensão sobre o referido processo, dentre eles: qualidade social.

A Cartilha do Transporte Escolar, em sua versão preliminar, elaborada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep (2005), explica como deve ser o veículo, o motorista, o itinerário e as responsabilidades dos pais dos estudantes. Ressalta que o Transporte escolar foi criado com o objetivo de levar os discentes que moravam na zona rural até a escola mais próxima. Esse serviço, atualmente, beneficia milhares de estudantes em todo o Brasil por meio da parceria entre Governo Federal (Ministério da Educação-MEC), Estados e Municípios. Nessa Cartilha há uma definição do que é o Transporte Escolar:

- Um direito dos alunos que estudam longe de suas casas. Os alunos que moram no campo (áreas rurais) têm o mesmo direito ao transporte que os alunos que moram nas cidades (áreas urbanas);
- Eficiente e seguro, se todas as normas forem obedecidas;
- Prioridade para atender as crianças que estudam da 1ª a 8ª série do ensino fundamental;
- Responsabilidade dos Estados e municípios;
- Realizado por veículos próprios ou alugados pelos governos estaduais e prefeituras e por meio de passes escolares fornecidos aos alunos (INEP, 2005, p. 7)

A discussão a respeito do direito ao transporte escolar público, entendido como fundamental na concretização do direito à educação, tem amparo legal na Constituição Federal de 1988, a qual concebe “a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família” sendo um compromisso da sociedade colaborar na sua promoção, tendo como finalidade o desenvolvimento da pessoa, sua condição de exercer a cidadania como a sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, art. 205).

De acordo com Cury (2014), a coparticipação de poder e a independência por parte das entidades federadas se resume em um modelo de federalismo. Defende ainda que respeitando as características de cada ente federado, é importante que haja a unidade geral. Apenas a partir de uma cooperação recíproca do sistema será possível achar as veredas para a resolução dos desafios que existem na educação escolar em nosso país (CURY, 2014).

Para garantir o acesso e a permanência na escola em igualdade de condições e, conseqüentemente, acontecer a otimização do trabalho ofertado no transporte escolar, considerando este como parte inerente ao processo educacional, ressalta-se o que preconiza o artigo 206 da Constituição Federal em seu inciso I (BRASIL, CF/88, art.206, I).

Já a Lei n. 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu Artigo 10, inciso VII, afirma “que os Estados incumbir-se-ão de: assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. Em seu artigo 11, inciso VI - que os Municípios incumbir-se-ão de assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal (BRASIL, 1996)”. Sendo dever do Estado e direito dos alunos da educação básica pública, deve-se atentar ao que diz a Resolução nº 18, de 25 de outubro de 2021, a qual esclarece as diretrizes e orientações para esse serviço.

Tendo em vista a utilização do transporte escolar no contexto da educação, a reflexão de Brandão (1981, p.3) de que a educação nos acompanha em toda parte “em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da nossa vida com ela”, é de fundamental importância. O autor (1981, p. 3), considerando que existe uma

mistura da vida com a educação para aprender, ensinar, saber, fazer, ser e conviver, define que

a educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam-e-aprendem, o saber que atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar — às vezes a ocultar, às vezes a inculcar — de geração em geração, a necessidade da existência de sua ordem.

Ainda em Brandão (1981) é possível assimilar a educação como uma parte da convivência coletiva, valorizando os grupos sociais em suas trocas de experiências na criação e recriação a partir de sua cultura adentrando em sua sociedade. De acordo com o autor (1981):

A educação existe no imaginário das pessoas e na ideologia dos grupos sociais e, ali, sempre se espera, de dentro, ou sempre se diz. Para fora, que a sua missão é transformar sujeitos e mundos em alguma coisa melhor, de acordo com as imagens que se tem de uns e outros.

A partir do imaginário das pessoas e valorizando o latente e as experiências externas, ressalta-se que o motorista está inserido em um determinado território, conseqüentemente, envolvido em sua cultura, trará ao transporte escolar um fortalecimento do processo educacional.

Assim, considerando a perspectiva de Brandão (1981), a educação possibilita a realização de processos de formação que podem se estruturar em diferentes formatos, para atender as diferentes demandas de formação, dentre eles cabe mencionar os processos de formação inicial e continuada. Assim defendem Castro e Amorim (2015) que tanto na formação inicial quanto continuada é contemporâneo afirmar a existência das três dimensões que são: eu, o mundo e os outros, o que implica em considerar todas as aprendizagens construídas ao longo da vida.

Considerando o regime de parceria ou sistema de colaboração entre os entes federados Distrito Federal, Estados e Municípios, apresentam-se: o Programa Nacional do Transporte Escolar – PNATE; o Programa Caminho da Escola; o Plano de Ações Articuladas – PAR e, conseqüentemente, o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação- SIMEC.

2.1. Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE

Existem programas no serviço do transporte escolar que acontecem em sistema de colaboração entre Distrito Federal, Estados e Municípios. Dentre eles pode-se citar o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE). Esse programa foi criado no ano de 2004, de caráter suplementar, para cuidar da parte de transferência financeira, a qual é repassada de forma automática para custear as despesas com a manutenção do transporte escolar. Destina-se, prioritariamente, aos estudantes da educação básica residentes em zona rural. Esse recurso é repassado automaticamente aos entes federados, tendo o seu cálculo feito por meio do censo escolar do ano anterior com valor *per capita* (BRASIL, 2004).

A Resolução nº 18, de 25 de outubro de 2021, em seu artigo 3º, preconiza que:

O PNATE, Programa fundamental da política pública de transporte escolar no âmbito das ações e dos projetos educacionais executados pelo FNDE, tem a finalidade de apoiar a rede de ensino da educação básica no acesso e a consequente permanência de alunos residentes, prioritariamente, em áreas rurais às instituições de ensino, contribuindo para o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar desses estudantes.

Essa resolução determina algumas diretrizes e orientações. Dentre elas está a utilização de carros e embarcações adequados que garantam a segurança e o conforto do aluno atendendo o que determina o Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997); o que reza o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015). Trata ainda da otimização das rotas com o objetivo de proporcionar menor tempo de deslocamento entre casa/escola/casa; traz como ressalva a presença de auxiliares e/ou monitores no uso de veículos e, quanto à gestão ou Entidade Executora, o texto discorre sobre o uso do Sistema Eletrônico de Gestão do Transporte – SETE. Esse sistema eletrônico estará disponível e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE disponibilizará esse endereço na internet (BRASIL, 2021). Ao considerarmos o século XXI, com os avanços tecnológicos, entende-se que a utilização dessas ferramentas em muito contribuirá para a melhoria da oferta desse serviço.

São participantes do Pnate: o FNDE responsável pela normatização, controle, monitoramento, fiscalização, avaliação, assistência técnica e transferência de recursos; as Entidades Executoras - EEx, responsáveis pelo recebimento, execução, oferta e prestação de

contas do programa; os estados, Distrito Federal e municípios pelo atendimento aos alunos das respectivas redes; os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS/Fundeb. Os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS/Fundeb (BRASIL, 2021).

2.2 Programa Caminho da escola/ PAR/SIMEC

Outro programa de Transporte Escolar é o Caminho da escola que cuida da ampliação, padronização e renovação da frota de veículos escolares, prioritariamente, para estudantes que habitam em áreas rurais e ribeirinhas. Cuidando da qualidade e segurança, tem como meta a oferta de ônibus, lanchas e bicicletas (BRASIL, FNDE, GUIA DO TRANSPORTE ESCOLAR, s/d).

Os entes federados, ou seja, Municípios, Estados e o Distrito Federal têm três formas para a aquisição desses veículos por meio deste programa, a saber: Assistência Financeira do FNDE pelo Plano de Ações Articuladas - PAR; Recursos próprios; Linha de crédito do BNDES (exceto para bicicletas). Cabe assim dizer que o PAR se tornou um elemento de grande sustentação para o alcance das políticas públicas da educação brasileira, utilizando o portal do Sistema Integrado de Monitoramento e Controle do Ministério da Educação -SIMEC. Esse sistema permite a interação das propostas do governo federal para a área da educação de forma on-line.

Nesse sistema, é possível verificar como se encontram os planos de ações articuladas do município. Para um melhor entendimento dessa política vale destacar que com a adesão do município ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, por meio do Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, iniciou-se um novo regime de colaboração dos entes federados, respeitando a própria autonomia, direcionado à melhoria dos indicadores educacionais. Logo que municípios, Estados e o Distrito Federal aderiram ao Plano de Metas passaram à elaboração diagnóstica da situação educacional local junto aos Planos de Ações Articuladas (PAR). (BRASIL, 2007).

2.3 O Transporte Escolar Público e a sua Qualidade Social

No que se refere ao Transporte escolar e a qualidade social da educação é importante destacar alguns fatores externos que contribuem para a referência da qualidade escolar, dentre eles os fatores socioeconômicos. Conforme registrado em (MINAS GERAIS, 2003), nas diferenças socioeconômicas das regiões do estado de Minas Gerais houve um crescimento no que se entende por grau de urbanização em todas as regiões em 2000, em relação a 1991, porém, na região do Jequitinhonha/Mucuri houve o menor crescimento neste sentido. Ao que se refere às questões econômicas, “as menores contribuições para o Produto Interno Bruto - PIB do Estado são das regiões do Jequitinhonha/Mucuri, que é de 1,96%, e Noroeste, de 1,89%” (MINAS GERAIS, 2003, p. 04). Ressalta ainda que o PIB por habitante é classificado como em último lugar nesta região sendo de 1.735,73 (MINAS GERAIS, 2003).

Para uma educação de qualidade, há que se considerar o que diz o índice de desenvolvimento humano municipal – IDH-M, que avalia este índice em educação, longevidade e renda. Traz a região deste estudo como em desenvolvimento, na qual ainda se encontram municípios com classificação médio/baixo. Assim está registrado no documento Diferenças socioeconômicas das regiões de Minas Gerais da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2003, p. 22):

A região do Jequitinhonha/Mucuri possuía 13 municípios (19,70%) em situação de baixo desenvolvimento humano em 1991, o que equivalia a 12,99% de sua população. Os restantes 80,30% dos municípios e 87,01% da população encontravam-se no nível de desenvolvimento médio baixo. Deixam de existir, em 2000, municípios de desenvolvimento baixo na região, que passa a contar com municípios com IDH-M médio alto, 33,33% (54,56% de sua população). O restante se encontra na faixa de desenvolvimento médio baixo. Os municípios com os mais baixos IDH-M do Estado estão na região: Setubinha (0,568) e Monte Formoso (0,570).

A partir de uma realidade humana, social e econômica, importa dizer da força cultural que emana desse território da pesquisa. Segundo Geografia do Brasil (2022), essa região, por um lado, é vista como um lugar de baixo indicador social, por outro lado, traz uma enorme riqueza natural, conservando assim características das culturas: africana, indígena, cabocla e europeia.

Como já apontado anteriormente, Peroni (2015, p. 36) assevera que a promoção do

direito social à educação é fundamental que o município, ao assumir esse serviço, considere o que se trata da qualidade social. Neste sentido, é relevante considerar os vários significados, ou seja, um aspecto semântico, da palavra qualidade. Silva (2009), entendendo a educação como uma prática social e um ato político, traz o conceito polissêmico da palavra qualidade fazendo um paralelo com sua utilização para fins econômicos e para a educação pública.

O referido conceito tem uma vasta gama de áreas para a sua utilização, dentre eles faz uma transposição do conceito de qualidade no campo econômico para a qualidade da educação e, em segundo momento, trata das aproximações e dimensões sinalizadoras da qualidade social da educação escolar. Silva (2009, p.2) defende que

Como somos sujeitos constituídos no social e produtores desse social, a natureza humana desenvolve a capacidade de atribuir valores, significados, e emitir juízos a objetos, artefatos, coisas e símbolos. Socialmente, somos seres dotados da capacidade de estabelecer relações com os outros, de nos comunicarmos e de fazer opções. Ao fazer as escolhas, avaliamos, acionamos valores, visões de mundo, de sociedade e de educação, além de critérios que maximizam ou minimizam os benefícios individuais e coletivos.

Assim, diante do exposto, a utilização do termo qualidade social serve para a compreensão de políticas na área de educação, vez que algumas delas, como é o caso do transporte escolar, traduzem em seu bojo um forte elo entre seus preceitos e o impacto na vida social e educacional dos sujeitos que se beneficiam de tal ação, em prol à promoção de ações que assegurem igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola e consequentemente para a formação da cidadania (CARVALHO, 2002).

Nesse sentido, considera-se a relevância de se pensar em políticas de valorização do transporte escolar, neste caso, um olhar para a função do motorista e sua formação como educador social uma vez que, em muito, pode colaborar com o aspecto educacional ou, nesse território, acreditando ser um serviço que contribuirá para a qualidade social da educação nos municípios da microrregião de Araçuaí uma vez que essa função aproxima os espaços do território, entendendo ser um meio de levar o educando à escola e, por sua vez, entender esse trajeto como oportunidade de crescimento educacional.

3 DIÁLOGOS E INTERAÇÕES

Neste capítulo serão apresentados os pressupostos teóricos, no sentido de proporcionar confiabilidade científica ao estudo. Assim, o desenvolvimento da pesquisa estará pautado em uma utilização de elementos da pesquisa bibliográfica e revisão de literatura em bancos de dissertações e teses com abordagem qualitativa, considerada por Minayo (2015) de grande relevância para promover uma inter-relação entre sujeito, objeto pesquisado e o contexto em que se origina e se destina.

Diante do exposto, esta pesquisa foi desenvolvida levando-se em conta uma metodologia amparada pela pesquisa documental, na busca de obter um rigor metodológico e possibilitar “o exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam o tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ou interpretações complementares” (GODOY, 1995, p. 21).

Por que motivo, diante da opção metodológica que ampara a organização do estudo, é que se apresentam os pressupostos necessários para a compreensão do tipo de pesquisa e da abordagem utilizada.

3.1 Tipo de pesquisa e abordagem: da pesquisa documental a uma abordagem qualitativa

Esta pesquisa foi realizada com um recorte temporal compreendendo os anos de 2018 e 2019, período que antecede à pandemia da Covid-19 e ainda por fazer parte de uma experiência de gestão da pesquisadora nesse serviço do transporte escolar. A pandemia da Covid-19, de acordo com registros da Organização Mundial da Saúde (BRASIL,2022), caracterizou-se com um alerta recebido no final do ano de 2019, referente ao surgimento de novos casos de pneumonia oriundos de uma nova cepa de Corona vírus, causador de síndrome respiratória aguda grave, antes não identificado em seres humanos, na cidade de Wuhan, China. Recebendo o nome de SARS-CoV-2, esse novo Corona vírus foi responsável por causar a doença Covid-19 (BRASIL, 2022).

De acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde, (BRASIL,2022) em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou o surto constituindo uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), sendo essa ação parte do mais alto nível de alerta dessa

Organização. Diante de tal emergência sanitária, as escolas ficaram impossibilitadas do atendimento presencial, passando ao atendimento remoto, prezando pelo distanciamento social e, conseqüentemente interrompendo o serviço de transporte escolar.

Diante do exposto, a opção pelo recorte temporal com enfoque no contexto anterior à pandemia deve-se ao fato de que, no período selecionado, o transporte escolar esteve em funcionamento regular, atendendo as demandas e legislações vigentes e por esse mesmo período fazer parte de uma experiência da pesquisadora enquanto gestora do serviço do transporte escolar.

Sendo assim, este estudo visa a analisar as políticas públicas implantadas no território da Microrregião de Araçuaí, no contexto de 2018 e 2019, em prol da orientação e/ou formação dos motoristas do transporte escolar vinculados ao quadro das Secretarias Municipais de Educação com um olhar para a qualidade social da educação e, para tal, serviu-se de uma pesquisa documental, utilizando elementos da pesquisa bibliográfica com revisão de literatura em bancos de dissertações e teses.

Assim, a opção pela pesquisa documental se justifica pela possibilidade de exploração e análise de documentos constitucionais e infraconstitucionais, que serão auxiliares para a compreensão do objeto em questão. Na perspectiva de Cellard (2012, p. 295),

[...] o documento escrito constitui, portanto, uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente.

Continuando a reflexão a respeito dos motivos que justificam a opção pelo tipo de pesquisa, pode-se mencionar ainda o argumento de que a pesquisa documental permite acrescentar a dimensão de tempo e a compreensão do social, em especial, favorece a compreensão da evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, dentre outros (CELLARD, 2008).

Diante desse entendimento, a busca por documentos levou a pesquisadora ao encontro de importantes informações sobre o trabalho realizado no transporte escolar por parte dos municípios da microrregião de Araçuaí e, nesta mesma análise, entender ser esse serviço um marco de fortalecimento da qualidade social da educação.

3.2. Etapas para o desenvolvimento da pesquisa

A pesquisa encontra-se organizada nas seguintes etapas, necessárias ao se pensar no desenvolvimento de um estudo documental.

3.2.1-1ª etapa - Seleção dos documentos

Para o desenvolvimento da primeira etapa, fez-se necessária a seleção de municípios que trabalham com transporte escolar e que dialogam com a realidade da pesquisadora, cuja atuação deu-se desde final de 2015 a 2020 na Secretaria Municipal de Educação do município de Araçuaí-MG.

Para a definição dos municípios que se constituiriam universo da pesquisa foi realizado um levantamento das diferentes formas de organização do território em pauta. Nesse momento, foi possível identificar diferentes formas de organização em diferentes perspectivas, dentre elas: uma organização utilizada pela 43ª Superintendência Regional de Ensino -SRE de Araçuaí, para fins educacionais; O Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região do Médio Jequitinhonha- CIDSMEJE utilizou para fins de organização política; o Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa- IBGE para fins de organização territorial e a organização prevista em Souza (2010), no livro *Vale do Jequitinhonha*, formação histórica, populações e movimentos de autoria de João Valdir Alves de Souza, cujo referencial constitui-se a base estruturante para a definição do universo da presente pesquisa, ou seja, a organização territorial da microrregião geográfica de Araçuaí/MG, conforme se apresenta a seguir:

Quadro 1 - Municípios que compõem a microrregião de Araçuaí

Araçuaí	Coronel Murta	Novo Cruzeiro	Ponto dos Volantes
Caraí	Itinga	Padre Paraíso	Virgem da Lapa

Fonte: Microrregiões geográficas propostas no livro: Vale do Jequitinhonha, formação histórica. Populações e movimentos

No intuito de focalizar o estudo, definiu-se por critérios para a seleção dos municípios que comporiam nossa amostra.

3.2.1.1- Critérios para seleção de municípios

Objetivando a seleção dos municípios, foi enviado um convite, via e-mail, para todos aqueles que compõem a microrregião de Araçuaí, para a adesão a essa pesquisa. Dentre os municípios que fazem parte da microrregião de Araçuaí, que se encontra localizada, do ponto de vista territorial, no Médio Jequitinhonha, passaram a constituir-se objeto do estudo somente aqueles que manifestaram interesse, mediante o posicionamento de disponibilizar documentos necessários para a pesquisa e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. (Resolução 466/2012- Anexos I,II,III).

De tal forma, para a seleção dos municípios, trabalhou-se com os critérios: pertencer à microrregião de Araçuaí, manifestar mediante assinatura o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a concordância em participar da pesquisa e disponibilizar a documentação necessária para a realização do estudo.

Diante do exposto, para a realização da seleção de documentos, fez-se necessário o desenvolvimento de uma importante ação que se refere ao contato com os gestores dos municípios.

Contato com os gestores municipais

O contato com os gestores municipais, secretários de educação e prefeitos foi realizado junto aos municípios da microrregião de Araçuaí, por meio da utilização de telefones, e-mails e WhatsApp das Secretarias Municipais de Educação e ainda por meio de reuniões com os prefeitos do Consórcio Intermunicipal para o desenvolvimento Sustentável da Região do Médio Jequitinhonha- CIDSMEJE (Figura 3).

Figura 3 – Reunião com os Gestores do Consórcio Intermunicipal para o desenvolvimento sustentável da região do Médio Jequitinhonha- CIDSMEJE



Fonte: Arquivo da pesquisadora (2022)

Nesse sentido, para efeito do estudo em questão, constituem-se parceiros e universo da pesquisa os municípios: Araçuaí, Itinga e Virgem da Lapa. A partir da seleção dos municípios, passou-se à seleção dos documentos. Para tal, foi realizado um levantamento de possíveis documentos que poderiam estabelecer um diálogo com o objeto do estudo. Para fundamentar a ação de seleção dos documentos, fundamentou-se no arcabouço teórico de Appolinário (2009, p. 67), que define documento como “um conceito que ultrapassa a ideia de textos escritos e/ou impressos”.

De tal forma, chegou-se ao posicionamento que, de uma forma geral, os documentos utilizados pelos municípios para registrar o serviço de transporte escolar que mais dialogam com o objeto da pesquisa seriam: atas, rotas de transporte, relatórios de reuniões, organograma, banner, folheto, memorando interno, agenda de formação continuada e distância diária percorrida pelos veículos do transporte escolar.

3.2.2 2ª etapa: coleta de informações nos documentos dos municípios Universo da Pesquisa: Araçuaí, Itinga e Virgem da Lapa

Para a coleta de documentos, utilizou-se para o recebimento: e-mails, whatsApp, telefones. Diante de tal busca, para a obtenção das informações pesquisadas, há que se valorizar esse tempo da procura, o que em muito enriquece a interpretação e, conseqüentemente, uma análise futura dos documentos recebidos, o que corrobora com a afirmação de Cellard (2012, p. 305) “que o tempo passado na coleta dos dados frequentemente possibilita uma reflexão contínua e a maturação de algumas ideias ou hipóteses que levam à formulação de explicações plausíveis.”

Sendo assim é que se apresentam os documentos recebidos pelos municípios durante o processo de pesquisa, elencados no Quadro 02.

Quadro 2 - Documentos recebidos dos Municípios - Universo da Pesquisa

Araçuaí –
Atas de reunião do Transporte Escolar com pais de alunos usuários do transporte
Ata de reunião com motoristas de Transporte Escolar e apresentação do Projeto Motorista Educador
Distância diária percorrida pelos veículos do Transporte Escolar
Levantamento planimétrico- Medição Linha Escolar
Memorando Interno com a relação de linhas do transporte escolar que atendem alunos que residem em Araçuaí, mas estudam em outros municípios
Memorando Interno solicitando a abertura de processo licitatório para contratação de empresa para prestar o serviço de transporte escolar nas linhas 1A e 18, a partir do dia 04 de fevereiro até o dia 31 de dezembro de 2019, conforme termo de referência contendo descrição das rotas e seus respectivos mapas
Motorista do Transporte Escolar – Período em Trânsito – Este documento contém o nome do motorista, a linha com nomes das comunidades atendidas e os respectivos horários de saída e chegada entre turnos de manhã e tarde.

Folheto: Motorista Educador: Conduzindo um presente para o futuro
Banner: Projeto Motorista Educador: Conduzindo um presente para o futuro! Secretaria Municipal de Educação – Araçuaí-MG.
Relatório sobre Transporte Escolar – Alfredo Graça
Secretaria Municipal de Educação de Araçuaí faz agenda de formação continuada no mês de fevereiro de 2019- Este documento traz a agenda semanal de encontros com Diretores, Auxiliar de Serviços Gerais, Servente Escolar, Secretaria e Motoristas com o tema desse último: “Projeto: Motorista Educador, desafios e metas para 2019.
Rota Escolar para Escola Estadual Hilário Pinheiro
Organograma – Transporte Escolar (Escolas da Zona Rural)
Itinga
Rota Água Fria
Rota Armínio Inácio
Rota Barra do Corrente
Rota Cabeceira do Teixeira
Rota Humaitá
Rota Itinguinha
Rota Jenipapo
Rota Lajedinho
Rota Pasmadinho
Rota Pasmado empedrado
Rota Piauí
Rota Ponte do Pasmado
Virgem da Lapa
Ata de Reunião do transporte Escolar
Rotas de Transporte Escolar Municipal em Virgem da Lapa/MG
Orçamento Transporte Escolar para o ano letivo 2018 (200 dias)
Processo Pregão Presencial N°001/2018 – Anexo II – Projeto Básico – Das Linhas

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023)

Diante do conjunto de documentos enviados pelos municípios objeto do estudo, fez-se necessário definir critérios de seleção, cujas características contribuíssem para a compreensão da problemática de pesquisa: As políticas públicas implantadas no território da microrregião de Araçuaí, no contexto de 2018 e 2019, apresentam elementos que caracterizam um diálogo com orientações e/ou formação dos motoristas do transporte escolar, da frota própria, vinculados ao quadro das Secretarias Municipais de Educação, dessa localidade, com um olhar para a qualidade social da educação?

Tendo em vista a relação extensa de documentos e o fato de que nem todos eles dialogam com a problemática, somente foram analisados os documentos que atendem diretamente à perspectiva do estudo: Documentos que possibilitem a análise acerca de possíveis ações que desvelem indícios relacionados à formação e/ou orientação do motorista escolar; documentos em forma de legislações constitucionais e infraconstitucionais que foram elaboradas pelos entes federados: federal, estadual e municipal para normatizar o serviço de transporte escolar e documentos que favoreçam a compreensão sobre a organização de rotas para a oferta do serviço de transporte escolar.

Após a definição dos critérios e a seleção dos documentos recebidos fez-se de fundamental importância confrontar os documentos selecionados com as questões norteadoras da pesquisa.

A identificação dos documentos tomou como referencial questões norteadoras, tendo em vista a realização de um diálogo entre o objeto de estudo e os documentos selecionados, conforme quadro que se apresenta a seguir.

Quadro 3- Questões norteadoras e o diálogo com os documentos

Questão norteadora/foco da análise	Documento
As políticas e/ou ações identificadas dialogam com processos que primam pela qualidade social da educação?	Atas de reuniões Ofício de informação sobre reposição de calendário escolar
A ausência ou a presença de ações e/ou políticas públicas para a formação do motorista do transporte escolar impacta no uso do serviço pelos discentes?	Atas de reuniões Folheto informativo

As ações identificadas podem ser entendidas como eixos estruturantes para a qualidade social da educação?	Organização de rotas Imagens de encontros com a comunidade atendida pelo transporte escolar Folheto informativo
Qual é o arcabouço legal legitimado pelos poderes constituídos nos municípios como objeto desse estudo?	Lei Orgânica Municipal e Plano Municipal de Educação
Existem orientações específicas para os motoristas em atuação no transporte escolar público, que podem ser consideradas constituintes para o fortalecimento desse serviço?	Relatórios, atas, registros fotográficos
Existem nas secretarias processos de formação e/ou orientação para os motoristas escolares?	Atas Relatórios
Seria possível identificar orientações voltadas para os motoristas nos registros existentes?	Atas Relatórios

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022)

As questões norteadoras serviram para um direcionamento facilitando assim um diálogo com os documentos. Uma importante ação realizada em prol da análise dos documentos foi a leitura dos mesmos em busca de respostas para as perguntas apresentadas. Entendendo ser a pesquisa um meio que leva o sujeito a uma busca sobre algo, vale entender o que defende Minayo sobre a pesquisa (1993, p. 23):

é considerada como “atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados”.

Diante desse processo inacabado, observa-se em fases de perguntas e tentativas que se projetam ao encontro de respostas, o que fortalece, no pesquisador, uma maior aproximação e curiosidades em relação ao objeto pesquisado.

O desenvolvimento da segunda etapa dessa pesquisa foi realizado tomando-se como referenciais duas ações: o acesso aos documentos e uma criteriosa revisão de trabalhos publicados com a abordagem da temática em pauta.

a) O acesso aos documentos

Ao se tratar do acesso aos documentos institucionais nas esferas federal, estadual e municipal, que contenham dados relevantes para a compreensão da pesquisa, foram observadas algumas considerações éticas.

Considerações Éticas

Prezando pela necessidade de considerar o processo ético, para acesso aos documentos institucionais, este estudo encontra-se amparado pela Lei da Transparência, nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que “regula o acesso às informações” salvaguardando os casos de sigilo absoluto, endossando a ampla divulgação ao que se faz necessário com a garantia de conservação dos documentos públicos.” (BRASIL, 2011, p.1). Pode-se mencionar ainda a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por parte dos municípios objeto do estudo: Araçuaí, Itinga e Virgem da Lapa.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Outro documento de grande importância é o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelo representante da Secretaria Municipal de Educação dos municípios do estudo amparado pela Resolução 466 /2012, buscando-se resolver as questões éticas necessárias ao desenvolvimento de trabalhos científicos. Os Termos assinados encontram-se em anexos I, II e III.

Em atendimento às considerações éticas, este trabalho encontra-se cadastrado no Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação - PRPPG, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri- UFVJM, sob protocolo de número nº 2062022 de (2021).

b) Conversas entre autores: o processo de revisão de trabalhos com diálogo na área

A organização do marco teórico demandou a realização de uma revisão bibliográfica, por meio de uma busca no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (BRASIL, 2016). O processo de revisão esteve orientado pelo uso de duas palavras chave: “transporte escolar” e “qualidade social”, visto serem estas palavras estruturantes para a compreensão do objeto de estudo norteador do desenvolvimento da pesquisa, a saber: As políticas públicas implantadas no território da microrregião de Araçuaí, no contexto de 2018 e 2019, apresentam elementos que caracterizam um diálogo com orientações e/ou formação dos motoristas do transporte escolar, da frota própria, vinculados ao quadro das Secretarias Municipais de Educação, dessa localidade, com um olhar para a qualidade social da educação?

Ao realizar o levantamento, utilizando as palavras chave: “transporte escolar” e “qualidade social” foram encontradas 42 dissertações, como mostra a Figura 4.

Figura 4 - Pesquisa no Catálogo de Teses de Dissertações da Capes

The screenshot shows the search results page on the CAPES website. The search criteria are "transporte escolar" and "qualidade social", resulting in 42 items. The interface includes a search bar, a navigation panel on the left, and a list of results on the right.

Refinar meus resultados

Tipo: 2 opções

- Mestrado (Dissertação) 31
- Doutorado (Tese) 11

Ano: 2 opções

- 2018 32
- 2019 10

Autor: 42 opções

42 resultados para "transporte escolar" "qualidade social"

- MELLO, NIVALDO TEODORO DE. **A implementação da política de transporte escolar rural em três municípios mato-grossenses**. 18/11/2018 151 f. Doutorado em CIÊNCIA POLÍTICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: IESP-UERJ [Detalhes](#)
- NEVES, LANA KARLA DUQUES. **O IMPACTO DOS RECURSOS APLICADOS NO TRANSPORTE ESCOLAR EM RELAÇÃO À GESTÃO POLÍTICO-FINANCEIRA DA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO EM MUNICÍPIOS DE GOIÁS**. 06/06/2019 119 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS, Goiânia Biblioteca Depositária: PUC Goiás [Detalhes](#)
- SOUSA, JANAENE LEANDRO DE. **FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO NO PROJETO DE ASSENTAMENTO DIRIGIDO ANAUÁ, NO MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS/RR**. 27/02/2019 101 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA, Boa Vista Biblioteca Depositária: Universidade Estadual de Roraima - UERR [Detalhes](#)
- NASCIMENTO, JOSE ALMIR DO. **A EDUCAÇÃO COMO DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE: UM DISCURSO DE QUALIDADE**. 08/03/2018 376 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, Recife Biblioteca Depositária: Biblioteca Central

Fonte: Catálogo e Teses e Dissertações da Capes

A partir dessas 42 dissertações encontradas, passou-se a outro refinamento dos resultados buscando por maior aproximação com a temática em estudo, ou seja, a formação e/ou orientação do motorista do transporte escolar e sua qualidade social. Sendo assim, foram selecionadas 09 dissertações considerando as que apresentam um estudo que trata sobre aspectos referentes ao transporte escolar e sua qualidade social.

Dando continuidade à busca de outras escritas que conversassem com o objeto de estudo, foram aplicados filtros em relação ao tipo e ao período. Utilizou-se como marco temporal o período de 2018 e 2019 chegando-se dentre os trabalhos identificados, por meio dos filtros, a 09 resumos referentes ao serviço do transporte escolar dos municípios.

No entanto, para a realização do processo de revisão, tomou-se como referencial as teses e dissertações disponibilizadas no catálogo de teses da Capes. Neste processo é que se apresenta o quadro 4, que contém a síntese das teses e dissertações identificadas e que, segundo análise da pesquisadora, apresentam um significativo diálogo com o objeto da pesquisa.

Quadro 4 – Publicações do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes

ANO	Título da Dissertação	Autor	Objetivos	–Programa/ Instituição
2018	A educação como dispositivo de proteção integral à criança e ao adolescente: um discurso de qualidade'	Nascimento, Jose Almir do.	Depreender um discurso de qualidade da Educação como dispositivo de proteção integral de crianças e adolescentes,	Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, Recife Biblioteca Depositária: Biblioteca Central
2018	O acesso e a permanência à educação escolar no município de Renascença-PR: percurso de crianças do campo à única escola municipal	Groff, Iliane Bavaresco.	Discutir a atuação das políticas públicas que fundamentam o direito à Educação do Campo e validam o acesso e permanência a Educação Básica no Município de Renascença/PR	Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA, Francisco Beltrão Biblioteca Depositária: UNIOESTE - Francisco Beltrão

2018	Política e gestão da educação: dimensão pedagógica da gestão educacional e a qualidade social da educação básica: um diálogo necessário'	Souza, Heder Amaro Velasques de.	Analisar a Dimensão Pedagógica da Gestão Educacional, sua organização institucional, desenvolvimento e repercussão para a oferta de uma educação de qualidade social	Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: Biblioteca Anísio Teixeira-Faculdade de Educação e Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa
2019	A expansão dos cursos na modalidade à distância e a formação inicial de professores em matemática na UFPA: democratização com qualidade social?'	Silva, Eliomar Nascimento da.	Investigar como se relaciona a democratização e a qualidade social à modalidade de Educação a Distância, tendo o curso de Licenciatura em Matemática EAD na UFPA como foco de análise	Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Belém Biblioteca Depositária: undefined
2019	A nucleação escolar no assentamento Vila Amazônia em Parintins/AM e a precarização das condições de acesso, permanência e qualidade social da educação no campo'	Souza, Rosana Ramos de.	A pesquisa busca analisar o processo de nucleação e seus reflexos no acesso, na permanência e na qualidade social da educação ofertada aos alunos no Assentamento Vila Amazônia em Parintins.	Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, São Carlos Biblioteca Depositária: Repositório UFSCar
2019	O modelo de gestão do empresariado para a educação básica brasileira: embates entre excelência e qualidade social?	Macedo, Sonayra da Silva Medeiros.	Problematizar a atuação do setor privado na definição das políticas para a Educação Básica brasileira, especificamente na gestão.	Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA), João Pessoa Biblioteca Depositária: undefined
2019	Gestão educacional e qualidade social: a atuação de dirigentes municipais de educação em dois municípios da microrregião de cajazeiras/pb (2015-2017)'	Silva, Emanuela Alves da.	Analisar a atuação de Dirigentes Municipais de Educação em dois municípios da microrregião de Cajazeiras/PB, no período de 2015 a 2017, em relação à qualidade social	Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal Biblioteca Depositária: BCZM/UFRN

2019	Fechamento das escolas do campo no projeto de assentamento dirigido Anauá, no município de Rorainópolis/RR'	Sousa, Janaene Leandro de.	Analisar os determinantes do fechamento das escolas do campo no PAD Anauá a partir de seu contexto histórico e social tendo como recorte temporal a década de 1990	Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA, Boa Vista Biblioteca Depositária: Universidade Estadual de Roraima – UERR
------	---	----------------------------	--	---

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023).

A revisão dos textos agregou ao trabalho maior entendimento de que a discussão de transporte escolar deve ser realizada a partir de um aprofundamento dos pontos identificados ao longo da leitura dos textos e que passaram a fazer parte do referencial teórico que se encontra disponibilizado na presente dissertação, por meio da concretização do processo de revisão de produções no banco de teses e dissertações da Capes. O que possibilitou a percepção acerca da existência de trabalhos que tratam da temática transporte escolar em seus aspectos: acesso e permanência escolar; gestão pública; parceria público-privada, escolas nucleadas, fechamento das escolas do campo, qualidade social, qualidade da educação, dimensão pedagógica, política educacional, direito à educação, educação do campo.

A partir da leitura das 09 dissertações acima citadas é importante considerar que as temáticas abordadas dialogam com o presente estudo em alguns aspectos em relação ao transporte escolar, mas percebe-se a ausência da função do motorista desse transporte escolar o que foi perceptível por não encontrar pontos que tratassem sobre essa pauta nos referidos textos. Sendo assim, é mister aqui destacar que diante dessa busca na literatura, ou seja, nos trabalhos pesquisados, no período de 2018 e 2019, foi possível visibilizar a importância de se pensar o transporte escolar e a sua qualidade social.

O presente processo de revisão serviu para demonstrar a relevância do estudo em pauta e auxiliar no aprofundamento das discussões do marco teórico.

3.2.3 3ª etapa - A análise de conteúdo

Esta etapa é amparada do ponto de vista metodológico por uma análise de conteúdo que, de acordo com Bravo (1991), pode ser entendida como uma técnica mais elaborada no campo

do trabalho documental podendo, portanto, ser utilizada para estudar as comunicações entre os homens enfatizando conteúdo disponibilizado nos documentos, objeto da investigação.

Franco (2005, p.14) assevera que:

[...]a análise de conteúdo assenta-se nos pressupostos de uma concepção crítica e dinâmica da linguagem. Linguagem, aqui entendida, como uma construção real de toda a sociedade e como expressão da existência humana que, em diferentes momentos históricos, elabora e desenvolve representações sociais no dinamismo internacional que se estabelece entre linguagem, pensamento e ação.

Assim, neste trabalho, optou-se pela análise de conteúdo na perspectiva de Franco, visto que esse procedimento permite flexibilidade, exploração dos dados e sistematização e o desenvolvimento de uma reflexão para identificar a riqueza de informações com base em dados que antes pareciam dispersos.

Em relação às informações recebidas pelos municípios foi necessária uma leitura exploratória dos documentos com o intuito de encontrar palavras que conversassem com o objeto do estudo. Portanto, realizou-se uma separação dos documentos averiguando o que existe em comum e contraditório entre eles.

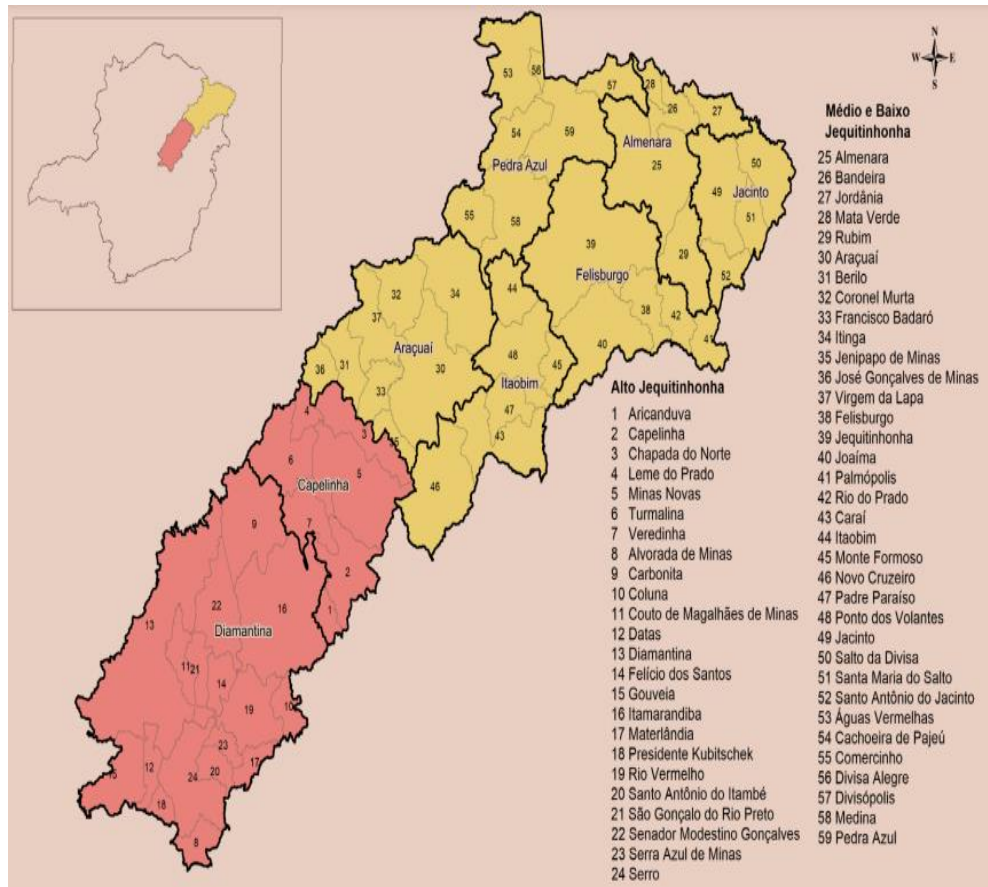
Bardin (2016, p.78) ao conceituar categorias, afirma que “existem boas e más categorias.” Diante de tal conceito, a autora define algumas qualidades para que a categoria seja organizada a partir de uma riqueza de conteúdos pautados em: exclusão mútua, homogeneidade; pertinência; objetividade, fidelidade e produtividade. (BARDIN,2016, p. 76).

Diante desse conceito, faz-se necessário prezar pelo que melhor explicita o objeto pesquisado e a partir dessa clareza, é importante observar o que têm em comum, como seria útil à pesquisa.

3.3 Universo da Pesquisa

Os municípios, universo da pesquisa, encontram-se situados no Vale do Jequitinhonha, Estado de Minas Gerais, que se subdivide conforme o mapa, Figura 5, em Alto, Médio e Baixo. Especificamente, dentro do Médio Jequitinhonha, encontra-se a Microrregião de Araçuaí, cujos municípios são essência deste estudo.

Figura 5: Municípios que compõem o território do Vale do Jequitinhonha



Fonte: Plano de desenvolvimento para o vale do Jequitinhonha. Disponível em: http://sii.fjp.mg.gov.br/04_Volume2.pdf. Acesso em 10 de set. 2022.

Tendo em vista a subdivisão apresentada no mapa acima, que compreende um total de 59 municípios, localizados no território do Vale do Jequitinhonha, o qual se encontra subdividido a partir de três organizações espaciais: Alto, Médio e Baixo. Cabe mencionar que o estudo em pauta foi desenvolvido nos municípios de Araçuaí, Itinga e Virgem da Lapa, localizados no Médio Jequitinhonha, na microrregião de Araçuaí.

Levando em consideração que os documentos em análise, no presente estudo, foram produzidos nos municípios focalizados, faz-se de fundamental importância o desenvolvimento de uma abordagem mesmo que de forma sintética acerca do território, tendo em vista que na perspectiva de Santos (2005) o uso do território se dá pela dinâmica dos lugares. O lugar é proposto por ele como sendo o espaço do acontecer solidário. Estas solidariedades definem usos

e geram valores de múltiplas naturezas: culturais, antropológicos, econômicos, sociais e financeiros. Por este motivo, compreender o espaço geográfico em suas múltiplas dimensões faz-se imprescindível.

Para uma melhor compreensão e visualização desse território pesquisado, apresenta-se a seguir a figura 6 do mapa do município de Araçuaí, Minas Gerais.

Município de Araçuaí

Figura 6 – Mapa do município de Araçuaí-MG



Fonte: Araçuaí no mapa- pesquisa google.com

Araçuaí está localizada ao Nordeste do Estado de Minas Gerais e tem uma população estimada de 36.715 habitantes, apresentando um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,663. (BRASIL, 2021).

Ao se tratar da educação, segundo dados do IBGE (2010) a taxa de escolarização deste município para estudantes de 06 a 14 anos é de 97,5%, o que pode ser considerado um percentual bastante expressivo. Sendo assim, considera-se o resultado do Ideb como fator de avaliação da educação básica o que resultou em 5,6 para os anos iniciais do ensino fundamental e 4,7 para os anos finais do ensino fundamental da rede pública. (IBGE, 2021).

Quanto às matrículas, houve entre o ensino fundamental e médio aproximadamente 5.897 estudantes matriculados em um quantitativo de 41 escolas. (IBGE, 2021).

Perfil dos motoristas do Transporte Escolar de Araçuaí

Em Araçuaí, o serviço de Transporte Escolar é atendido pelo quantitativo de 21 motoristas sendo todos do gênero masculino. O tempo de experiência no exercício do Transporte Escolar pelos motoristas: 06 deles têm menos de 05 anos e 15 mais de 05 anos. Todos com a escolaridade de Ensino Médio Completo, e a faixa etária: 09 entre 18 a 40 anos de idade e 12 com 41 a 60 anos de idade e 01 acima de 60 anos. Em 2022, esse município atendeu 2008 estudantes no serviço de Transporte Escolar.

Município de Itinga

É possível visualizar onde está situado o município de Itinga-MG por meio da mapa da figura 7.

Figura 7- Mapa do Município de Itinga-MG



Fonte: Itinga no mapa – pesquisa google.com

O município de Itinga está situado ao Nordeste de Minas Gerais, no Médio Jequitinhonha. Encontra-se dividido pelo rio Jequitinhonha e limita-se com os municípios de Salinas, Itaobim, Medina, Comercinho, Rubelita, Coronel Murta, Araçuaí e Ponto dos Volantes. Sua população é de 15.053 habitantes, apresentando um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,600. BRASIL (2021).

Ao se tratar da educação, segundo dados do IBGE (2010) a taxa de escolarização deste município para estudantes de 06 a 14 anos é de 96,8%, o que pode ser considerado um percentual bastante expressivo. Sendo assim, considera-se o resultado do Ideb como fator de avaliação da educação básica o que resultou em 5,2 para os anos iniciais do ensino fundamental e 4,5 para os anos finais do ensino fundamental da rede pública. (IBGE, 2021).

Quanto às matrículas, houve entre o ensino fundamental e médio aproximadamente 2.345 estudantes matriculados em um quantitativo de 21 escolas. (IBGE, 2021).

Perfil dos motoristas do Transporte Escolar de Itinga

Em Itinga, o serviço de Transporte Escolar é atendido pelo quantitativo de 12 motoristas da frota própria, sendo todos do gênero masculino. A faixa etária: entre 25 e 50 anos de idade.

Município de Virgem da Lapa

Enquanto território pesquisado, apresenta-se na figura 8 o mapa do município de Virgem da Lapa- MG

Figura 8 – Mapa do Município de Virgem da Lapa-MG



Fonte: Virgem da Lapa no mapa – pesquisa google.com

O município de Virgem da Lapa está situado ao Nordeste de Minas Gerais, no Médio Jequitinhonha. Tem uma população estimada de 13619 habitantes, apresentando um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,663. BRASIL (2021).

Ao se tratar da educação, segundo dados do IBGE (2010) a taxa de escolarização deste município para estudantes de 06 a 14 anos é de 92,1% o que pode ser considerado um percentual bastante expressivo. Sendo assim, considera-se o resultado do Ideb como fator de avaliação da educação básica o que resultou em 5,6 para os anos iniciais do ensino fundamental e 4,7 para os anos finais do ensino fundamental da rede pública. (IBGE, 2021).

Quanto às matrículas, houve entre o ensino fundamental e médio aproximadamente 1894 estudantes matriculados em um quantitativo de 19 escolas. (IBGE, 2021).

Perfil dos motoristas do Transporte Escolar de Virgem da Lapa

Em Virgem da Lapa, o serviço de Transporte Escolar é atendido pelo quantitativo de 22 motoristas sendo todos do gênero masculino. O tempo de experiência no exercício do Transporte Escolar pelos motoristas: 03 deles têm menos de 05 anos e 19 mais de 05 anos. Quanto à escolaridade: 04 com Ensino Fundamental Completo; 06 com Ensino Fundamental Incompleto; 11 com Ensino Médio; 01 com Curso Superior. Sobre a naturalidade: 18 são do próprio município e 04 são de outros municípios. A faixa etária: 07 entre 26 a 40 anos de idade; 13 entre 41 a 60 anos e 02 a partir de 60 anos de idade.

Perfil do motorista

Tendo em vista a natureza do estudo e ainda a importância acerca do entendimento de que a ação do indivíduo, dentro de um contexto social, não deixa uma marca imediata neste contexto, mas é “correspondida por inúmeras reações dos outros integrantes desse espaço social, pelas quais se preservam os processos característicos de cada espaço social” (REY, 2003, p. 203) é que, neste estudo, em que se busca entender as políticas de formação para o motorista escolar, apresenta-se o perfil dos profissionais que atuam nos municípios, universo da pesquisa.

3.4 Procedimentos de análise documental

A análise ocorreu durante todo o processo de recebimento dos documentos, bem como ao longo do desenvolvimento das ações: o acesso aos documentos e uma criteriosa revisão de

trabalhos publicados com a abordagem da temática em pauta. De tal forma, para o desenvolvimento do processo de análise levou-se em conta a concretização de algumas etapas:

1ª etapa: organização dos documentos

Momento em que foi realizada uma familiarização com o texto que compõe os documentos e a identificação de contradições e similaridades.

2ª etapa: organização de categorias

A partir da identificação de contradições e similaridades, chegou-se à organização de categorias de análise, de modo a aglutinar, vincular os conteúdos dos documentos até chegar a indicadores representativos, se tomados como referencial, o objetivo da pesquisa.

Assim, chegou-se à definição das categorias: 1ª Categoria - A formação e/ou orientação do motorista escolar: lacunas e perspectivas; 2ª Categoria - Arcabouço legal: do nacional ao regional e 3ª Categoria - A organização de rotas para o Transporte Escolar nos municípios: Araçuaí, Itinga e Virgem da Lapa.

Pode-se afirmar que o processo de análise, por meio da concretização das categorias, possibilitou um aprofundamento mais consciente acerca do objeto da pesquisa, de forma a extrapolar a percepção meramente superficial mais da aparência e considerar todas as condições implícitas ao processo. Movimento este que proporcionou à pesquisadora a vivência de uma experiência formadora acerca da transformação de uma situação de pesquisa oriunda da própria realidade a qual encontra-se imersa até à concretização da dissertação que se efetiva por meio de pressupostos científicos e acadêmicos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO: DIÁLOGOS ENTRE A PESQUISADORA E O QUE DESVELAM OS DOCUMENTOS

Neste capítulo serão abordadas as categorias: A formação e/ou orientação do motorista escolar: lacunas e perspectivas; Arcabouço legal: do nacional ao regional e a organização de rotas para o Transporte Escolar nos municípios: Araçuaí, Itinga e Virgem da Lapa, com o propósito de dialogar com os documentos que se tornaram instrumentos de análise, para o desenvolvimento do estudo. De acordo com Minayo (2001) por meio da pesquisa pode-se explorar uma realidade tão marcada pela especificidade e pela diferenciação.

1ª Categoria - A formação e/ou orientação do motorista escolar: lacunas e perspectivas

A organização da presente categoria teve como ponto de partida a identificação de documentos contendo memórias de reuniões realizadas para tratar de assuntos pertinentes ao transporte escolar municipal. A análise dos documentos possibilitou a percepção acerca da ausência de palavras relacionadas à temática formação e/ou orientação dos motoristas do transporte escolar.

Uma vez que as lacunas identificadas se constituem importantes achados para a realização da análise é que se propõe, neste estudo, a análise da categoria intitulada: A formação e/ou orientação do motorista escolar: lacunas e perspectivas. Diante ao exposto, pode-se afirmar que os achados desvelam muito mais lacunas do que possibilidades, o que permite afirmar a importância do desenvolvimento de trabalhos científicos, no território, universo do estudo em questão, que tenham como abordagem o “transporte escolar”, no sentido de tirar tal temática do anonimato.

Como estratégia para análise e identificação das lacunas e possibilidades buscou-se a construção da categoria, tomando-se como referenciais algumas questões norteadoras que se explicitam a seguir.

Questão 01 - Existem políticas de formação e/ou orientação do motorista do transporte escolar nos municípios da microrregião de Araçuaí, médio Jequitinhonha?

Essa primeira questão norteadora serviu-se dos dados apresentados por meio dos documentos em busca de representações de política de orientação e/ou formação para o motorista do transporte escolar nos municípios em estudo.

A política nos faz pensar a posição em que nos encontramos de acordo com nossas escolhas de vivência para o coletivo. Há que se considerar que ações podem e devem ser transformadas em prol do bem comum. Essa transformação requer do gestor e partes envolvidas uma frequente busca ao novo, ao melhor, ao futuro de dignidade e harmonia. Assim preconiza Freire (2001, p.8):

o primeiro a sublinhar é a posição em que me acho, criticamente em paz com minha opção política, em interação com minha prática pedagógica. Posição não dogmática, mas serena, firme, de quem se encontra em permanente estado de busca, aberto à mudança, na medida mesma em que, de há muito, deixou de estar demasiado certo de suas certezas.

Dessa forma, o gestor, diante das lacunas desveladas por este estudo, neste sentido, entende a falta de documentos e/ou registros sobre a oferta serviço do transporte escolar, deve buscar o investimento em ações que fortaleçam por um lado o acesso dos estudantes às instituições escolares e, nos casos em que o transporte escolar constitui a única possibilidade, prover uma estrutura curricular, interpessoal, de acolhimento que de fato assegure a permanência do estudante na escola. Por outro lado, fomentar estudos para verificar as possibilidades de a escolarização ocorrer no próprio território em que o estudante reside sem, no entanto, acabar com as escolas localizadas no campo, que na maioria das vezes torna-se um local de referência para a realização de ações no âmbito político, religioso, cultural e, conseqüentemente, educacional.

O quadro a seguir apresenta os indicativos de ações que buscam amenizar as lacunas identificadas.

Quadro 5 - Análise dos documentos sobre indicativos auxiliares na construção de políticas para a formação dos motoristas

Município de Araçuaí	Município de Itinga	Município de Virgem da Lapa
<p>“Foi informado que independente de qualquer situação não pode ser aceito esse tipo de comportamento dentro do transporte escolar.” Ata do dia 26/10/2018, às 16h30minutos.</p> <p>“Foi explicado que é função do motorista zelar e cuidar de todos os veículos, uma vez que todos são de uso de todos os motoristas. Esclarecemos também que a Secretária vem desenvolvendo o Projeto motorista educador, conscientizando as crianças sobre sua conduta dentro dos veículos e como motorista educador, esse tipo de conduta não pode acontecer.” Ata da Secretaria Municipal de Educação em 18-06-2019 “A secretária de Educação fez alguns esclarecimentos de responsabilidades de atendimento da linha que cabe a cada setor, de forma geral, mas que todos deverão conhecer os seus direitos e deveres considerando a harmonia e o respeito no Transporte Escolar.” Relatório sobre transporte Escolar – Alfredo Graça – Araçuaí – 08 de Abril de 2019 Secretaria Municipal de Educação faz Agenda de Formação Continuada no mês de fevereiro – 2019 “Dia: 12-02-2019</p>	<p>O referido município não apresentou registro de reuniões e/ou relatórios sobre a oferta do serviço do transporte escolar.</p>	<p>“O senhor Antônio Marcos apresentou a todos orientações sobre boas práticas no transporte escolar, falou também sobre as condições de conservação dos veículos que realizam o transporte, do respeito e da cordialidade que os motoristas e colaboradores do transporte escolar devem manter com os usuários do transporte, pediu a todos o comprometimento na realização do mesmo. Ata de Reunião do Transporte Escolar N°01/2018 “Falou também da importância dos motoristas terem um diálogo constante com os usuários do transporte escolar, do comportamento deles dentro do veículo e com todos que usam do mesmo. Ata de Reunião do Transporte Escolar N°01/2019</p>

MOTORISTAS: Horário: 14h30 às 17h – Local: CMEI (Rua Espírito Santo,671- São Geraldo) – Tema: Projeto: Motorista Educador, desafios e metas para 2019”		
---	--	--

Fonte: organizado pela pesquisadora

Diante da busca de indicadores e políticas que possam desvelar ações nos municípios, universo do estudo, que se configurem como auxiliares na formação/orientação aos motoristas, vinculados ao serviço de transporte escolar nos municípios de Araçuaí e Virgem da Lapa, pode-se afirmar que os mesmos receberam, no contexto temporal da pesquisa, orientações referentes ao desenvolvimento do trabalho, conforme pode-se comprovar mediante evidências indicadas no Quadro 05, o que, ao entendimento da pesquisa, poderão se fortalecer com a continuidade das referidas ações.

No entanto, mesmo diante da identificação das orientações, pode-se apresentar, como direcionamento, indícios auxiliares de reflexões para um possível projeto de formação ainda não estruturado nos mencionados municípios e, portanto, esta ação justifica a necessidade de trabalhos com uma validação científica, que possam apoiar os municípios na construção de políticas de formação para os motoristas escolares.

No que se refere aos documentos encontrados no Município de Itinga, não foi possível identificar achados que evidenciem processos de orientação e/ou formação destinados aos motoristas do transporte escolar o que, em um primeiro momento, durante o desenvolvimento do estudo, gerou a demanda por retirar o município do estudo em pauta.

No entanto, ao analisar os dados, alterou-se a perspectiva de retirada, vez que a lacuna identificada no referido município em relação à falta de registro constitui-se um fato real que permite a construção de um direcionamento em torno da ideia de uma necessária articulação entre os municípios em prol da construção de diretrizes auxiliares na formação dos motoristas escolares e quem sabe de uma rede colaborativa em que os municípios possam antever demandas de caráter individualizado e coletivo.

Assim, diante do entendimento de que o transporte escolar pode contribuir para a qualidade social das relações que se estabelecem entre estudante e instituições escolares é que, na continuidade da presente análise, propõe-se a identificação dos processos que primem nos municípios, objeto do estudo em questão, pela qualidade social da educação.

Questão 02. Quais políticas e/ou ações identificadas dialogam com processos que primam pela qualidade social da educação?

Há de se considerar que fatores socioeconômicos interferem na organização de ações que primem pela qualidade social na educação. O acesso ao processo de escolarização por pessoas que residem em territórios desprovidos de instituições escolares proporciona a igualdade de condições para a acessibilidade do estudante para a escola, preferencialmente, os habitantes da zona rural o que, conseqüentemente, fortalece como direito e cidadania.

Considerando os percentuais que se referem às matrículas para a Educação Básica na rede pública na área rural, percebe-se um notável quantitativo de matrículas. De acordo com Brasil (2021, p. 8): “Na rede pública, as escolas municipais são as que apresentam a maior proporção de matrículas na área rural, com 19,0%, seguidas das escolas federais, com 12,2% na rede pública.

Sendo assim, tomando-se como referencial a realidade dos municípios pesquisados, foram encontrados documentos que demonstram a existência das rotas do transporte escolarⁱ para os estudantes das escolas da zona rural para as escolas da zona urbana. Tal evidência viabilizou a percepção acerca da necessária existência do serviço do transporte escolar, na região em análise tendo em vista que nos municípios, universo da pesquisa em questão, existem um quantitativo de 43 escolas rurais (ESTADOS E CIDADES, 2022).

Não se pode evidenciar nesta análise o posicionamento ingênuo de que o deslocamento dos estudantes apresenta, no médio Jequitinhonha, a única possibilidade de oferta de escolarização pública e de qualidade, mas uma segunda possibilidade seria manter as escolas no campo e utilizar o transporte para o deslocamento dentro do próprio espaço territorial de cada estudante, sem com isso esvaziar o território rural.

Pode-se evidenciar por meio dos achados a existência de indicativos, mesmo que ainda frágeis, de uma possível preocupação com o desenvolvimento de ações que primem pela melhoria na qualidade social da vida dos estudantes, em especial, ações voltadas para o deslocamento dos mesmos, mediada pelo transporte escolar, conforme pode se identificar no quadro 06.

Quadro 6 - Indicativos de ações que contemplam a Qualidade Social da Educação

Município de Araçuaí	Município de Itinga	Município de Virgem da Lapa
<p>Apresentação, por parte da equipe gestora do transporte escolar, para o motorista desse transporte, sobre a sua função de zelar e cuidar de todos os veículos, uma vez que todos são de uso de todos os motoristas.</p> <p>Existência do Projeto em desenvolvimento por essa Secretaria, intitulado: motorista educador, conscientizando as crianças sobre sua conduta dentro dos veículos e como motorista educador, esse tipo de conduta não pode acontecer.”</p> <p>Recortes de Ata da Secretaria Municipal de Educação em 18-06-20</p> <p>Esclarecimentos por parte deixou claro para a mãe que a intenção ao convocá-la não foi para constrange-la e sim para ser informada dos fatos ocorridos no percurso do transporte escolar e buscar a parceria da família para auxiliar no preservação do patrimônio público.” Ata – 26</p>	<p>O referido município não apresentou registro de reuniões e/ou relatórios sobre a oferta do serviço do transporte escolar</p>	<p>Apresentação pelo gestor da Secretaria Municipal de Educação sobre boas práticas no transporte escolar, condições de conservação dos veículos que realizam o transporte, do respeito e da cordialidade que os motoristas e colaboradores do transporte escolar devem manter com os usuários do transporte e do comprometimento na realização do mesmo.</p> <p>Ata de Reunião do Transporte Escolar N°01/2018</p> <p>“Falou também da importância dos motoristas terem um diálogo constante com os usuários do transporte escolar, do comportamento deles dentro do veículo e com todos que usam do mesmo.</p> <p>Ata de Reunião do Transporte Escolar N°01/2019</p> <p>Rotas de Transporte Escolar Municipal em Virgem da</p>

<p>de outubro de 2018 às 15h15 minutos.</p> <p>“Gustavo pediu a parceria da família para orientar a aluna a se comportar melhor dentro do transporte escolar e orientou os pais a passarem na escola da aluna para se informar melhor sobre a vida escolar de sua filha” Ata 26 de outubro de 2018 – às 16h10 minutos.</p> <p>“A solidariedade dentro dos veículos; as relações interpessoais; o pensamento coletivo; o cuidado com o meio ambiente (lixo no lixo); os avisos gerais do município; Campanhas (para o combate e prevenção de doenças como: dengue, febre amarela...); vacinas; palestras educativas sobre o trânsito; comunicação com a escola, família e comunidade.”</p> <p>Projeto: Motorista educador: conduzindo um presente para o futuro!”2019</p> <p>Descrição de rota escolar; Descritiva e planimétrica/topográfica; Distância diária percorrida pelos veículos do transporte escolar - Veículos reserva – 2019</p> <p>Atendimento às escolas – Escola Família Agrícola – EFAs - 2019</p>		<p>Lapa: Linha/Comunidade(s) Atendida(s)/ Destino; Orçamento Transporte Escolar para o ano letivo 2019 (200 dias); Processo N°001/2018-Pregão Presencial N°001/2018-Anexo II – Projeto Básico</p>
--	--	---

Fonte: organizado pela pesquisadora (2023)

Diante dos indicativos das ações apresentadas no quadro 06, após análise dos documentos, pode-se confirmar a existência da oferta do serviço público do transporte escolar

nos municípios de Araçuaí, Itinga e Virgem da Lapa, bem como ações que podem ser entendidas como eixos estruturantes para a qualidade social da educação, no entanto, percebe-se novamente um diferencial no registro por parte do município de Itinga.

Nos municípios de Araçuaí e Virgem da Lapa percebe-se, pelos documentos apresentados, que foram realizadas reuniões, pela equipe gestora, para a resolução de situações existentes entre estudante, escola, motorista, veículo e pais, identificados mediante achados indicados no quadro 06 como convocação de pais para resolução de conflitos dos estudantes. Neste sentido, considera-se o que defende Brandão (1981) que a educação pode ser entendida como um fragmento do convívio público em grupos, e esse fragmento possibilita a melhoria e enriquece os conhecimentos e aprendizados embrenhados em sua cultura. A partir desta análise, entende-se que essas reuniões em muito fortalecem os vínculos entre todos os envolvidos nesse serviço público que é o transporte escolar.

Assim, ao final da organização da categoria em pauta, pode-se chegar ao direcionamento de que em dois municípios, universo da pesquisa, Araçuaí e Virgem da Lapa, existem registros que indicam preocupações com a melhoria da qualidade social entendida na perspectiva de Silva (2009) como as diferentes possibilidades de contribuir com a oferta de um processo de escolarização que esteja organizado para atender as demandas educacionais, mas que façam uma interface com os aspectos sociais: bom estado de conservação dos veículos do transporte escolar para maior conforto dos usuários, conscientização dos estudantes quanto ao uso consciente dos veículos e apoio das famílias para a conservação do patrimônio, aprimoramento das relações interpessoais entre os usuários e responsáveis pelo transporte para a humanização dos processos.

No entanto, diante das constatações há de se ressaltar a fragilidade nos registros identificada por parte do município de Itinga, o que nos leva ao entendimento de que é possível que sejam realizadas ações que primem pela qualidade social do transporte escolar no município, mas a fragilidade nos registros não possibilita a organização de direcionamentos, fato que encaminha como sugestão no estudo a necessidade de investimentos por parte da secretaria municipal de educação no fortalecimento da construção de memórias em relação às ações desenvolvidas.

2º Categoria - Arcabouço legal: do nacional ao regional

Diante da análise dos documentos, optou-se por categorizar as legislações utilizadas pelos entes: Federal, Estadual e Municipal. Ao apresentar as leis que regulamentam o Transporte Escolar, como garantia de direito democrático, foram elencadas as legislações produzidas no cenário referente aos três entes, entendendo ser essa temática bastante ampla, Ramalho (2016, p. 24)

considera a complexidade de tal temática e, conseqüentemente, do grande quantitativo de legislações que tratam deste assunto, se fez necessário compreender tal discussão à luz da legislação brasileira, na busca de uma aproximação conceitual e a sua materialização nas legislações vigentes.

Tendo em vista a importância de um diálogo entre as legislações de responsabilidade de cada ente, compreendendo que o aspecto legal em muito fortalece as ações principalmente ao que se refere à prestação do serviço público. A existência de um diálogo entre os entes federados certamente possibilitará a otimização e o entendimento das responsabilidades operacionais diante de cada esfera, ou seja, União, Distrito Federal, Estados e Municípios.

Para melhor entendimento e análise dessas legislações vigentes referentes ao transporte escolar, foi organizado o quadro abaixo contendo as principais leis nacionais que contemplam a temática do Transporte Escolar.

Quadro 7- Legislações no âmbito federal

1988	Constituição da República Federativa do Brasil	Essa lei visa “assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida na ordem interna e internacional”.
------	--	---

1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	Estabelece as diretrizes e base da educação nacional
Lei Nº 10880 de 09 de Junho de 2004	Lei que institui o Programa Nacional de Transporte Escolar - PNATE	Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o art. 4º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e dá outras providências
Lei Nº 13.005, de 25 de Junho de 2014	Plano Nacional da Educação	Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023)

Considerando as leis nacionais e suas principais abordagens referentes ao transporte escolar, pode-se confirmar a relevância da Constituição Federal de 1988 para a construção de um arcabouço infraconstitucional/nacional norteador das ações do transporte escolar nos municípios, por meio da identificação dos artigos 6º e 208º, que versam sobre a temática em pauta.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 208º. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009).

Ao que se refere à educação como direito social, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN n. 9.394/1996 estabelece os entes federados, ou seja, Estados e

Municípios a responsabilidade da prestação desse serviço de Transporte Escolar. Assim preconiza em seus artigos 10º e 11º:

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:
VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual.
Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:
VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal.

É salutar que haja uma parceria entre Estados e Municípios considerando que esta ação fomenta o fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados, ou seja, União, Distrito Federal, Estados e Municípios.

Para esse serviço do transporte escolar, foi instituído o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, o PNATE, cujo objetivo encontra-se explícito no artigo 2º da Lei n. 11.947/2009.

Art. 2º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE, no âmbito do Ministério da Educação, a ser executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, com o objetivo de oferecer transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, observadas as disposições desta Lei.

Ao que se refere ao financiamento para a oferta do transporte escolar, de acordo com a LDB em Brasil (1996) em seu artigo 70, essas despesas são consideradas para além de aquisição de material didático, ou seja, para a manutenção de programas de transporte para fomentar o desenvolvimento do ensino. Outro documento que disciplina o financiamento da educação é o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei n. 13.005, de 25 de Junho de 2014, em sua meta 20 estabelece a ampliação do investimento em Educação Pública em todas as etapas da educação básica prezando pela qualidade do corpo docente, como ainda de todos os profissionais da educação. Assim, vinculada à meta 20, na estratégia 20.7 assume-se o compromisso de:

implementar o Custo Aluno Qualidade - CAQ como parâmetro para o financiamento da educação de todas etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar. (BRASIL, 2014)

Além do financiamento da educação, o PNE traz em sua meta 7 a importância de se cuidar da qualidade educacional aperfeiçoando o atendimento à demanda escolar garantindo a gratuidade do transporte escolar para o estudante da zona rural e, conseqüentemente, a aprendizagem em todos os níveis da educação básica (BRASIL,2014).

Observou-se, neste estudo, a existência de documentos orientadores do Transporte Escolar no âmbito Federal e Estadual. Dentre eles, vale citar: o Guia do Transporte Escolar e a cartilha do Transporte Escolar, que versam sobre esse regime de colaboração dos entes federados como orientações em relação à oferta desse serviço público. Percebeu-se, nestes documentos, que o cuidado com a parte da direção do veículo e com o veículo em si é mais enfatizado em detrimento da formação e/ou orientação para o motorista do transporte escolar, pautado em princípios mais integralizadores, de acordo com Silva (2009).

Após análise das legislações do âmbito federal e documentos em âmbito nacional, passou-se à observação do que reza a lei estadual de Minas Gerais sobre o transporte escolar: Lei n. 21.777 (2015) que Institui o Programa Estadual de Transporte Escolar – PTE-MG – direcionado aos alunos da rede estadual de ensino residentes em zona rural. Esta lei possibilita aos municípios desse Estado firmar parcerias com a Secretaria Estadual de Educação por meio de assinatura de um termo de adesão onde o município ficará responsável pelo transporte de estudantes da rede estadual recebendo o repasse financeiro do Estado para tal serviço.

Observou-se que não foi encontrada nenhuma recorrência da palavra motorista na referida Lei, o que configura a continuidade de busca por um olhar para essa temática que ora se discute.

A partir das questões legais, dentro das principais leis do arcabouço Federal e Estadual, passou à análise da legislação do Transporte Escolar nos municípios do estudo, ou seja, Araçuaí, Itinga e Virgem da Lapa.

Legislações para o Transporte Escolar Municipal: Araçuaí, Itinga e Virgem da Lapa

Seguindo a análise da legislação municipal, optou-se por considerar o que dizem as leis orgânicas dos municípios de Araçuaí, Itinga e Virgem da Lapa que são o universo desse estudo.

Município de Araçuaí

Ao que se refere à Lei Orgânica do município de Araçuaí em seu art.160, em que o respectivo município se responsabiliza pela garantia do transporte escolar e passe gratuito aos estudantes conforme confirma o fragmento da referida lei em seu artigo 160.

O dever do Município para com a educação será concretizado mediante a garantia de:
X – atendimento à criança nas creches e pré-escola e no ensino de primeiro grau, por meio de programas suplementares e material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

XIV – passe escolar gratuito ao aluno do sistema público municipal que não conseguir matrícula em escola próxima de sua residência. (Lei Orgânica Araçuaí, 2011)

O artigo indica o compromisso do município de Araçuaí com a institucionalização de ações que assegurem a oferta gratuita do serviço de transporte escolar.

Ainda a respeito da oferta do transporte escolar, visibiliza-se por meio da Lei n. 333 (2015) do Plano Municipal de Educação de Araçuaí, a meta 3.0 que trata de universalizar o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos de idade e aumentar as matrículas do ensino médio, garantir a oferta do transporte escolar como se observa em sua estratégia 3.13: “Garantir transporte escolar para os(as) alunos(as) da zona rural que estão cursando o Ensino Médio, inclusive na modalidade de Ensino Profissionalizante e criar o transporte urbano para atender os bairros distantes que não possuem escola nas proximidades.” Em sua meta 18.0 e estratégia 18.12 há a garantia do atendimento gratuito para todos os estudantes conforme se confirma em:” garantir o transporte escolar gratuito e adaptado para atendimento de todos os estudantes das escolas de zona rural e zona urbana.” (PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARAÇUAÍ, 2015).

Município de Itinga

No município de Itinga, a Lei Orgânica Municipal, em seu art.164, inciso V, orienta que o município manterá o atendimento ao educando, no ensino fundamental, por meio de programas suplementares de fornecimento de material didático, transporte escolar alimentação e assistência à saúde.

Pode-se mencionar ainda que o art. 169 prevê a obrigatoriedade do transporte, conforme se identifica no inciso I:

Serviços de Assistência Educacional, que assegurem condições eficiência escolar aos alunos necessitados compreendendo garantia cumprimento da obrigatoriedade escolar, mediante auxílio para aquisição de material escolar, transporte, vestuário, alimentação tratamento médico dentário e outras formas eficazes de assistência familiar. (LEI ORGÂNICA DE ITINGA,2001, p,51)

Assim mesmo tendo sido identificadas algumas lacunas no município de Itinga referentes ao registro de algumas ações referentes ao transporte escolar, observou-se que na lei orgânica existe, mesmo que de forma ainda frágil contempla e disciplina o serviço de transporte escolar.

Em relação ao Plano Municipal de Educação de Itinga, amparado pela Lei n. 070 (2015), em sua meta 7.0 e estratégia 7.10 garante:

transporte gratuito para todos (as) os (as) estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local (PME-ITINGA,2015,p.20)

Em sua meta 7.13, o PME de Itinga preconiza: Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao (à) aluno(a), em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Município de Virgem da Lapa

O município de Virgem da Lapa contempla em sua lei orgânica do município de Virgem da Lapa (2002), art.153, inciso VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Há que se considerar que foi identificada uma prevalência do arcabouço em nível federal em detrimento às organizações de legislações municipais que atendam aos pressupostos da legislação federal e estadual que contemplem as especificidades regionais. Diante desse estudo, percebeu-se a necessidade de uma ampliação do acervo legal em âmbito municipal para disciplinar as ações referentes ao transporte escolar. Vez que se pode comprovar um acervo de

legislações em âmbito federal em prevalência às legislações infraconstitucionais produzidas pelos próprios municípios.

Nesse sentido, seria de grande importância que as legislações municipais: Lei Orgânica e o Plano Municipal de Educação, além de atenderem as necessidades regionais, contemplassem a função/formação para o motorista, o que contribuiria para o fortalecimento do transporte escolar e, conseqüentemente, para a acessibilidade, a permanência e a igualdade de condições a todos os estudantes, prioritariamente da zona rural, a uma educação de qualidade, cidadania e humanidade.

3ª Categoria - A organização de rotas para o Transporte Escolar nos municípios: Araçuaí, Itinga e Virgem da Lapa

A organização da terceira categoria esteve orientada pelo desenvolvimento de duas questões, consideradas norteadoras para a compreensão da organização das rotas para o transporte escolar nos municípios, universo da pesquisa: Araçuaí, Itinga e Virgem da Lapa.

- 1- Qual tipo de rota é utilizada pelos municípios, universo do estudo?
- 2- Quais são as vantagens e desvantagens identificadas no modelo de rotas utilizado pelos municípios?

Diante da análise dos documentos foi possível identificar na perspectiva de Park e Kim (2010), a existência de uma ação comum para todos os municípios que utilizam o transporte escolar, ou seja, a identificação do percurso a ser realizado pelas linhas utilizadas pelas secretarias, interligando os pontos de localização entre um ponto referência próximo à residência do estudante e a escola.

Quadro 8 -Exemplos de pontos de apoio que interligam a residência dos estudantes à escola

Município	Ponto de apoio	Escola	Localização
Araçuaí	Malhada dos bois Mandinga	Escola Municipal Joaquim Viana	Zona rural
Araçuaí	Pé da Serra Faz. Zuim	Escolas Estaduais	Zona urbana

	Faz.Jr. Berganholi		
Itinga	Itinguinha	Escola Municipal Tomé de Souza	Zona rural
Itinga	Barra do Corrente	Escola Estadual Comendador Murta	Zona urbana
Virgem da Lapa	Campinhos Santa Rita Paredão Tum-Tum	Escola Estadual São Domingos Comunidade (Cansação)	Zona rural
Virgem da Lapa	Sapé Bravo Alto Bonito	Escolas em Virgem da Lapa	Zona urbana

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Diante da análise do quadro 8, pode-se afirmar que a organização das linhas ocorre nos municípios de Araçuaí, Itinga e Virgem da Lapa tomando-se como critérios dois importantes indicadores. O primeiro se refere ao deslocamento dentro de um mesmo território, ou seja, origem e destino dentro da própria zona rural; e o segundo deslocamento da zona rural para a urbana.

Os achados desvelam um movimento por parte dos municípios de favorecerem a permanência dos estudantes dentro do seu próprio território, tomando como escola núcleo para o recebimento de alunos oriundos de comunidades desprovidas de instituições escolares, escolas localizadas no próprio campo. Tal ação caracteriza, segundo Santos (2005, p.5) uma utilização solidária do espaço gerando usos, valores de múltiplas naturezas: culturais, antropológicos, econômicos, sociais, financeiros.

Por outro lado, ainda é necessário mencionar a existência de organização de rotas que primam pelo deslocamento dos estudantes do seu território rural para escolas localizadas na área urbana e ainda indicadores de colaboração entre município e estado, vez que as rotas desvelam deslocamento, por meio do transporte escolar, sob a responsabilidade do município, para escolas da rede estadual.

Quadro 9 - Indicadores necessários à construção das rotas do transporte escolar nos municípios de Araçuaí, Itinga e Virgem da Lapa

Indicadores	Contradição de Indicadores
Uso de imagens que possam proporcionar ao motorista do transporte escolar e usuários uma visão ampliada do espaço territorial referente a origem e destino. (Número de habitantes da comunidade, número de estudantes e a faixa etária, elementos estruturantes para a cultura local)	Não ser possível uma identificação do espaço territorial por meio de uma linguagem verbal ou não-verbal, bem como de elementos estruturantes para a compreensão das relações interpessoais que são estabelecidas entre o responsável pelo transporte e os usuários.
Informações sobre o número da linha, o local, nome do motorista, a placa do veículo e quilômetro dia.	A não identificação de um perfil do motorista que permita à equipe gestora construir as orientações para instrumentalizar o motorista do transporte escolar. Orientações que contemplem uma linguagem adequada ao perfil desses servidores.
Levantamento planimétrico para que seja possível verificar a localização geográfica do referido território atendido.	Ausência de um mapa planimétrico na documentação de alguns municípios.
Adotar, para efeito de formação/orientação do motorista do transporte escolar, um trabalho que tenha como base a formação continuada.	Não ter sido possível identificar, de forma significativa, o uso de metodologias que possam desencadear a formação continuada dos motoristas do transporte escolar.

Fonte: Organizado pela pesquisadora (2023)

Diante das constatações propiciadas pelos achados constantes no Quadro 09 pode-se afirmar que a construção das rotas do Transporte Escolar, nos municípios, objeto do estudo em questão, esteve orientada pela adoção de modelos diferentes para subsidiar a organização das rotas.

Ao que se refere aos tipos de rota utilizados pelas secretarias para a organização do serviço de transporte escolar, foi possível identificar que os municípios trabalham com três tipos de rotas: uma descritiva, sendo o seu principal objetivo descrever, pormenorizar, detalhar os pontos de partida e chegada; uma planimétrica e/ou topográfica, que é a apresentação de estudo da superfície terrestre de espaços em forma de mapas e ainda uma terceira alternativa que, do ponto de vista do estudo de revisão, não recebe uma nomenclatura específica, mas para efeito do estudo em questão iremos nomeá-la de rota alternativa, que pode ser entendida como um documento simplificado que traz informações pontuais sobre: Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo-Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-MG, carteira de habilitação do motorista e a especificação comunidade de origem e destino(SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-ITINGA-2023)

Diante do exposto, apresenta-se os tipos de rotas com suas classificações por meio do quadro a seguir:

Quadro 10– Tipos de rotas adotadas pelos municípios de Araçuaí, Itinga e Virgem da Lapa

Município	Rota descritiva	Rota Topográfica	Rota Alternativa
Araçuaí	x	x	
Itinga			x
Virgem da Lapa	x		

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Foi possível identificar nos documentos analisados que Araçuaí trabalha com os tipos de rotas descritivas e planimétricas ou topográficas o que, segundo achados, verifica-se a existência de uma visualização mais ampla da referida rota, para o motorista, para a escola e, principalmente, para o setor público. Entende-se ainda que esse registro em muito facilita para o setor público, principalmente ao que se refere à alternância de gestão por motivo das eleições municipais em que a gerência muda de referência ou mesmo em sua continuidade.

Ao tratar da importância do registro, principalmente em relação à gestão da educação municipal, vale ressaltar a existência de uma plataforma que é o Conviva Educação. Essa plataforma pode garantir a informação de todo trabalho realizado pelo gestor da Secretaria

Municipal de Educação, independente de sua continuidade ou não, neste setor público. Essa plataforma é resultado de uma iniciativa da União dos Dirigentes Municipais de Educação-Undime que considera:

a disponibilização de softwares específicos tem contribuído significativamente para a realização da atividade de escrituração escolar, tendo em vista o volume de dados, documentos e, em especial, dos indicadores e parâmetros necessários à avaliação da educação básica pública (UNDIME 2020, p. 84)


Em relação à Itinga, percebeu-se que o município trabalha com um modelo de rota entendida como rota alternativa, devido ao fato de apresentar características diferenciadas pela formatação utilizada pelos outros municípios, universo deste estudo. No município de Virgem da Lapa observou-se que é utilizada apenas a rota descritiva caracterizada como detalhamento das linhas.

Ressalta-se, neste sentido, que há uma diferença, nos modelos de organização das rotas, adotados pelos municípios, objeto da pesquisa, percebendo a necessidade de se estabelecer um padrão para a organização de tais documentos de forma que as informações sinalizadas neste estudo no quadro 10 sejam contempladas, objetivando a criação de registros que possam auxiliar os gestores na organização da política de transporte escolar do município.

Para uma melhor compreensão das rotas, organizadas pelos municípios, objeto do estudo em questão, a seguir serão apresentadas as imagens contendo detalhamento.

Observa-se nas imagens modelo 01 e 02 que o município de Araçuaí adota as rotas descritiva e planimétrica como uma alternativa para a realização do registro do serviço de transporte escolar. Em ambos os casos, serve-se da utilização de pontos referenciais relacionados ao espaço da moradia dos usuários do transporte, para criar o itinerário do transporte escolar. Pode-se mencionar ainda que os mencionados modelos proporcionam maior visibilidade em relação ao território atendido.

Figura 11 - Rotas adotadas para o Transporte Escolar no município de Itinga-MG

DETRAN- MG	
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO	
CARTEIRA DE MOTORISTA- CNH	“BARRA DO CORRENTE A COMENDADOR MURTA E DA ITINGA A TOMÉ DE SOUSA”
	

Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal de Educação – Itinga-MG³

³ A opção pela apresentação fictícia da rota do município de Itinga deve-se ao fato de respeitar as questões éticas implícitas ao estudo científico e não expor dados de caráter pessoal.

Rota identificada como alternativa do Transporte Escolar no município de Itinga-MG

De acordo com a análise realizada nesta rota, optou-se por nomeá-la como alternativa pela percepção de que a mesma se diferencia da descritiva e também da planimétrica e/ou topográfica por apresentar os dados por meio de documentos do carro e motorista com as referidas comunidades e/ou escolas atendidas. No entanto, pode-se mencionar que esse tipo de rota apresenta uma limitação de informações que pode fragilizar o serviço ofertado levando em consideração a ausência de detalhes uma vez que detalhar o trajeto facilita a comunicação.

Sugere-se que o município complemente os dados apresentados, com a finalidade de trazer maior transparência para a organização do processo, atendendo inclusive os preceitos da Lei nº 12.527, sancionada em 18 de novembro de 2011, que regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas, em seu art.4º, inciso VI - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.

Figura 12 - Rota descritiva do Transporte Escolar no município de Virgem da Lapa-MG

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGEM DA LAPA – MG. Rua: Governador Valadares, Nº 72 – Centro – CEP: 39.630-000 CNPJ: 18.348.730 / 0001-43 – Fone: (33) 3736-1100 E-mail: gabinete@virgemdalapa.mg.gov.br</p>	
	<p>SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Rua: Turmalina, Nº 101 – Novo Horizonte – CEP: 39. -000 CNPJ: 30.061.348 / 0001-50 - Fone: (33) 3736-1038 E-mail: educação@virgemdalapa.mg.gov.br</p>	

ROTAS DE TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL EM VIRGEM DA LAPA/MG.

LINHA	COMUNIDADE (S) ATENDIDA (S)	DESTINO
01	FUNIL	ESCOLAS EM VIRGEM DA LAPA
02	SÃO JOSÉ, OURO FINO E GRAVATÁ	ESCOLAS EM VIRGEM DA LAPA
03	CAMPINHOS, SANTA RITA, PAREDÃO E TUM-TUM	EE SÃO DOMINGOS COMUNIDADE (CANSANÇÃO)
04	PONTE JEQUITINHONHA, MARIMBONDO, LAGOA DA MANGA, TAMANDUÁ, LIMOEIRO E BURITI	EE OLEGÁRIO MACIEL COMUNIDADE SANTANA
05	TUM-TUM, BOA VISTA , BEIRA RIO, MACUCOS, ITAPECURU, CARAIBAS E TUM-TUM	EE SÃO DOMINGOS COMUNIDADE (CANSANÇÃO) EM ANTONIO PINHEIRO JARDIM – TUM TUM.
06	VIRGEM DA LAPA – E.E. SÃO DOMINGOS - TRÁS ITAPECURU E PAIOL	TUM TUM – E.E. SÃO DOMINGOS. EE CATULO CEARENSE
07	BARBOSA DE BAIXO/BR, BARBOSA DE BAIXO/FUNIL	EM GUSTAVO ALMEIDA NA COMUNIDADE FUNIL
08	BARBOSA DO MEIO	ESCOLAS EM VIRGEM DA LAPA
09	BUGRE, JEQUITIBÁ, FAZENDA SAUDADE, PONTO BANANAL, PONTO FLORIANO PEIXIOTO.	EE SÃO DOMINGOS COMUNIDADE (CANSANÇÃO)
10	SAPÉ, BRAVO E ALTO BONITO	ESCOLAS EM VIRGEM DA LAPA
11	BURITI, CAPÃO, CAFUNDÓ, GERALDO MANDU E BIQUINHA	ESCOLAS EM VIRGEM DA LAPA
12	CURRAL NOVO, CAMPINHOS, CHÁCARA E ALMAS	ESCOLAS EM VIRGEM DA LAPA
13	BALSA VILA SÃO JOÃO, GERAIS, GRAVATÁ E ONÇA DE CIMA	ESCOLAS EM VIRGEM DA LAPA
14	CÓRREGO DO BREJO, COMUNIDADE VACARIA , ROMANA, CÓRREGO SÃO JOÃO E TOMBADOR. SÃO JOÃO VACARIA	EE. SÃO JOÃO DA VACARIA, DISTRITO DE SÃO JOÃO DO VACARIA
15	CARDOSO, SÃO DOMINGOS E DOURO	ESCOLAS EM VIRGEM DA LAPA
16	MASSACARÁ E ONÇA DE BAIXO	ESCOLAS EM VIRGEM DA LAPA
17	MASSACARÁ DE CIMA	ESCOLAS EM VIRGEM DA LAPA

VIRGEM DA LAPA, 05 DE JANEIRO DE 2018.


 Antônio Marcos Galvêas Gomes
 Secretário Municipal de Educação,
 Esporte e Lazer
 Portaria: 003/2017 de 02/01/2017

Fonte: arquivo da Secretaria Municipal de Educação de Virgem da Lapa-MG

O município de Virgem da Lapa utiliza a rota descritiva para organizar o serviço de transporte escolar. Neste documento, são informados os dados como: linha, comunidades atendidas e destino. No entanto pode-se mencionar como ponto positivo que a secretaria

trabalha com documentos complementares às informações constantes na rota, sendo possível identificar quilometragem e número de alunos atendidos.

Diante ao exposto, cabe mencionar como constatação que, independente da opção pelo modelo de organização da rota, essa ação envolve vários setores da administração pública dentre elas pode-se mencionar: Secretaria de Administração que cuida da contratação de pessoal junto ao setor de Recursos Humanos, a Secretaria de Educação; a Secretaria de Finanças e/ou Tesouraria; o Controle Interno; o Setor Jurídico e Departamentos dependendo do organograma de cada administração pública.

Sendo assim, esse estudo tem como proposta um curso de formação para o motorista do Transporte Escolar de forma híbrida na modalidade Educação a distância -EAD- Uma parceria entre a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM e o Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região do Médio Jequitinhonha-CIDSMEJE.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos documentos, viabilizou-se a organização de três categorias: A formação e/ou orientação do motorista escolar: lacunas e perspectivas; Arcabouço legal: do nacional ao regional e a organização de rotas para o Transporte Escolar nos municípios: Araçuaí, Itinga e Virgem da Lapa, evidencia-se, por meio da pesquisa intitulada: O transporte escolar público nos municípios do médio Jequitinhonha: um olhar para as políticas de formação para os motoristas, possibilidades que poderão favorecer a organização de políticas para a formação do motorista escolar no território da microrregião de Araçuaí.

Em resposta à problemática norteadora em questão é que se apresentam alguns direcionamentos identificados ao longo do estudo e que respondem ao problema de pesquisa: As políticas públicas implantadas no território da microrregião de Araçuaí, no contexto de 2018 e 2019, apresentam elementos que caracterizam um diálogo com orientações e/ou formação dos motoristas do transporte escolar, da frota própria, vinculados ao quadro das Secretarias Municipais de Educação, dessa localidade, com um olhar para a qualidade social da educação? Considerando a natureza da temática, cuja reflexão e análise não se esgotaram ao término da pesquisa, faz-se necessário a realização de estudos futuros que possam dar continuidade à investigação e buscar a compreensão, de forma científica, de algumas lacunas apresentadas no texto em pauta, como exemplo a ausência de registros de reuniões sobre o transporte escolar. Assim, este estudo não pretendeu esgotar a discussão tendo em vista a amplitude de reflexões proporcionadas pela pesquisa. Motivo pelo qual pode-se indicar a continuidade do estudo em futuros trabalhos acadêmicos: Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), Teses, Dissertações.

Diante do estudo em questão, pode-se chegar a possíveis direcionamentos:

Como primeiro direcionamento, pode-se afirmar que as Secretarias Municipais de Educação não entendem a política do Transporte Escolar como um componente básico do fenômeno educativo. Vez que, diante ao referencial teórico deste trabalho, os motoristas escolares podem ser considerados agentes pedagógicos e não somente um condutor de veículo. Na perspectiva de Cury (2000), o ato pedagógico requer a reflexão sobre os componentes básicos do fenômeno educativo, dentre eles a percepção de quem são os agentes pedagógicos que atuam nos processos de educação. Por tal perspectiva, diante de uma significativa lacuna,

identificada durante o estudo, importa perguntar: o motorista escolar pode ser considerado um agente pedagógico?

Para tanto, diante a tal indagação, apresenta-se o entendimento de que a construção de uma política de formação para o motorista deve apresentar o posicionamento das secretarias sobre o lugar desse profissional nas ações educativas, desenvolvidas no município.

Como segundo direcionamento, considera-se que o aprimoramento da qualidade social da educação, ofertada aos usuários de serviço do Transporte Escolar, demanda uma prática de ações intersetoriais, quais sejam: uma estreita interlocução entre a parte administrativa, o setor de transporte escolar, a parte de finanças, a educação e outros setores que fizerem parte da organização administrativa do município, vez que o estudo desvelou uma necessária articulação por parte dos diferentes profissionais que atuam na gestão pública como as várias secretarias e departamentos.

Um terceiro direcionamento se refere ao conhecimento, por parte do gestor da Secretaria Municipal de Educação, dos elementos necessários para a organização das rotas e a busca de parcerias com profissionais que possam contribuir para a elaboração de rotas que levem em conta as especificidades territoriais, educacionais e culturais.

O quarto direcionamento se configura a partir da percepção de que durante a análise dos documentos alguns desafios precisam ser considerados para o aprimoramento do serviço de Transporte Escolar, em especial, da comunicação entre o gestor da Secretaria Municipal de Educação, diretores das escolas estaduais e usuários do Transporte, visto que o serviço ofertado, pela Secretaria Municipal de Educação, contempla escolas das redes municipais e estaduais.

Como quinto direcionamento sugere-se que a gestão pública, por meio de parcerias com Institutos Federais, Universidades, autoescola e outros órgãos afins promova formação continuada para o motorista do transporte escolar proporcionando a esse servidor um enriquecimento em sua formação pessoal e profissional.

No sexto direcionamento percebe-se a necessidade de otimização da plataforma Conviva, disponibilizada pela Undime, para que possibilite o fortalecimento do registro sobre a gestão da Secretaria de Educação e, em especial, aquelas relacionadas ao transporte escolar de forma a proporcionar, em momentos de transição de gestores, a informação referente ao transporte escolar municipal.

Considera-se, neste sexto direcionamento, a importância da experiência de um gestor ao deixar a sua trajetória registrada para que sirva de apoio ao próximo gestor permitindo-o dar a devida continuidade ao serviço público e, neste sentido, o transporte escolar. Ressalta-se ainda a importância de prosseguir com essas ações e como a experiência se apresenta nesta efemeridade dos acontecimentos o que de acordo com Bondía (2002) somos envolvidos com essa passagem rápida dos acontecimentos e que isso impede a ligação importante entre esses fatos, fragilizando assim também a memória. Portanto, esse direcionamento quer enfatizar e/ou ressaltar essas vivências experienciadas por cada gestor, por cada responsável pelo transporte escolar.

Como sétimo direcionamento, faz-se necessário que os municípios criem marcos infraconstitucionais que atendam as especificidades regionais, tais como decretos, resoluções, leis municipais com alinhamento às legislações elaboradas em âmbito estadual e nacional.

O oitavo direcionamento consiste na consolidação da compreensão da importância do intercâmbio entre os municípios para a organização de padrões para elaboração das rotas que contemplem as informações necessárias para o desenvolvimento com qualidade do serviço, vez que o formato de organização das rotas, apresentado por alguns municípios, traz maior clareza para leitores externos sobre a organização do território, proporcionando, desta forma, maior diálogo entre os municípios e, conseqüentemente, a otimização da oferta do serviço de transporte escolar.

Diante de tais direcionamentos, acredita-se que a otimização do serviço do transporte escolar em muito favorece para a qualidade social da educação, uma vez que oportuniza ao motorista e estudantes a melhoria da convivência, bem como a acessibilidade às instituições escolares.

Após o processo de desenvolvimento da pesquisa, do ponto de vista da formação da pesquisadora, pode-se mencionar a relevância do estudo e, por se tratar de um mestrado profissional, caminhar com a reflexão, em especial na perspectiva de Garrido, Lima (2006) de que uma reflexão só se concretiza se se tomar como ponto de partida à ação e de chegada à reflexão sobre a própria ação.

Considerando essa escrita para o Programa de Pós-graduação-PPGED- Mestrado em Educação, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri -UFVJM, faz-se

importante ressaltar que foi uma oportunidade de trazer uma temática inusitada, ou seja, um olhar para a formação e/ou orientação do motorista do transporte escolar. Esse profissional que ocupa um lugar no qual poderá colaborar para uma educação que pense o território como espaço cultural, social e coletivo. Um profissional que em muito contribuirá para o fortalecimento da qualidade social da educação enquanto educador que tem as suas ações pautadas na formação de sujeitos e sua cidadania.

Por se tratar de um mestrado profissional, propõe-se realizar uma devolutiva acerca dos direcionamentos identificados, bem como a possibilidade de utilização do estudo para fins de construção de uma proposta de curso de formação para os motoristas do transporte escolar em atuação na microrregião de Araçuaí, cuja pauta contemplará o fortalecimento de ações que aproximem os envolvidos nesse serviço público do transporte escolar como gestores, estudantes, motoristas, comunidade o que, conseqüentemente, em muito acrescerá para a qualidade social da educação.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Almedina Brasil, 2016. 141 p. Disponível em: <https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2021.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência***. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf>. Acesso em: 02 abr. 2023.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Ninguém escapa da educação**. 2019. Disponível em: <https://www.observatoriodocuidado.org/mais-noticias/item/19043-ninguem-escapa-da-educacao-afirma-carlos-rodrigues-brandao>. Acesso em: 21 mar. 2022.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 54 p. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1992579/mod_resource/content/1/O%20que%20e%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 17 mar. 2022.
- BRASIL. **LEI Nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm>. Acesso em 09 de set. 2022.
- BRASIL. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Brasília, DF: Cedi - Centro de Documentação e Informação, 25 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 07 fev. 2022.
- BRASIL. CAPES. (org.). **Catálogo de Teses e Dissertações**. 2016. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 10 mar. 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 de jul. 2021.
- BRASIL. Constituição (2007). **Decreto nº 6094, de 24 de abril de 2007**. Brasília, DF, 24 abr. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/par>. Acesso em: 21 mar. 2022.
- BRASIL. Constituição (2013). **Lei nº 12813, de 05 de junho de 2013**. Brasília, DF, 05 jun. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112816.htm. Acesso em: 21 mar. 2022.
- BRASIL. Diretoria de Estatísticas Educacionais -DEED. (org.). **Censo da Educação Básica 2021**: notas estatísticas. Notas estatísticas. 2021. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_2021.pdf. Acesso em: 31 jan. 2023.

BRASIL. FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento. Mec. **FNDE e UFG assinam parceria para disponibilizar novo curso sobre a Política Pública de Transporte Escolar**. 2020. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/institucional/area-de-imprensa/noticias/item/13924-fnde-e-ufg-assinam-parceria-para-disponibilizar-novo-curso-sobre-a-pol%C3%ADtica-p%C3%BAblica-de-transporte-escolar>. Acesso em: 30 jan. 2023.

BRASIL. FNDE. Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (org.). **Guia do Transporte Escolar**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/131-transporte-escolar?download=6897:guia-do-transporte-escolar>. Acesso em: 19 jun. 2021.

BRASIL. Governo Federal. Secretaria de Desenvolvimento Territorial (org.). **Perfil Territorial: Médio Jequitinhonha - MG**. 2015. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_057_M%C3%83%C2%A9dio%20Jequitinhonha%20-%20MG.pdf. Acesso em: 16 mar. 2022.

BRASIL. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Acesso em: 21 mar. 2022.

BRASIL. **Institui o Código de Trânsito Brasileiro**. Lei Nº9503 de 23 de setembro de 1997. Brasília, 23 set. 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9503Compilado.htm. Acesso em: 21 mar. 2022.

BRASIL. **LEI Nº 10.880, DE 9 DE JUNHO DE 2004. Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o art. 4º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.880.htm. Acesso em: 31 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 01/2001, de 03 de setembro de 2001. Lei Orgânica do Município de Itinga. **Preâmbulo**. Sala das Sessões da Câmara Municipal de Itinga-MG, 03 set. 2001. Disponível em: <https://digitaliza-institucional.s3.us-east-2.amazonaws.com/itinga-camaramunicipal/site/qBTRhKNP82Hib2N0tY8KRX4SRQTAqyfHJbXtP4Cj.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 22, de 12 de setembro de 2011. **Lei Orgânica Municipal (atualizada até Setembro/2011 Emenda à Lei Orgânica Nº22 de 12 de Setembro de 2011)**. Araçuaí, MG: Câmara Municipal de Araçuaí, 21 abr. 1990. Disponível em: <https://www.aracuai.mg.leg.br/leis/lei-organica-municipal>. Acesso em: 17 jan. 2023.

BRASIL. **Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 08 de Jul.2021.

BRASIL. Constituição (1990). Lei nº 2ª Edição, de 22 de março de 1990. **Lei Orgânica do Município de Virgem da Lapa: 2ª Edição 2002 - Legislatura 2001/2004.** Virgem da Lapa, 22 mar. 1990. Disponível em: [file:///C:/Users/vivia/Downloads/Lei%20Org%C3%A2nica%20do%20munic%C3%ADpio%20de%20Virgem%20da%20Lapa%20%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/vivia/Downloads/Lei%20Org%C3%A2nica%20do%20munic%C3%ADpio%20de%20Virgem%20da%20Lapa%20%20(1).pdf). Acesso em: 17 jan. 2023.

BRASIL. MEC. (org.). **Ministério da Educação:** simec. 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=143:simec>. Acesso em: 21 mar. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (org.). **Regulação do Transporte escolar rural.** Brasília, 2017. 42 p. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnate/area-para-gestores/manuais-e-material-de-apoio>. Acesso em: 13 maio de 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (org.). **Projeto de Curso:** motorista de transporte escolar. Motorista de Transporte Escolar. 2015. Disponível em: <http://ead.ifnmg.edu.br/uploads/documentos/xnhn7Q01Dr.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2023.

BRASIL. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. (org.). **Histórico da Pandemia de Covid-19.** Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 13 nov. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 23 nov. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 18, de 22 de outubro de 2021.** Brasília, 25 out. 2021. Seção 1, p. 63-66. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/acao-a-informacao/institucional/legislacao/item/14220-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-18,-de-22-de-outubro-de-2021#:~:text=Estabelece%20diretrizes%20e%20orienta%C3%A7%C3%B5es%20para,Apoio%20ao%20Transporte%20do%20Escolar%20%E2%80%93>. Acesso em: 21 mar. 2022.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTRO, Carmen Lúcia Freitas de; GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga; AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha. **Dicionário de Políticas Públicas.** Barbacena: Eduemg, 2012. 484 p. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/13076>. Acesso em 05 Jul.2021

CASTRO, Marcelo Macedo Corrêa e; AMORIM, Rejane Maria de Almeida. **A Formação inicial e a continuada: diferenças conceituais que legitima um espaço de formação permanente de vida.** 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/mzBbDRVvkTcvhPPqGRtcfNP/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 16 set. 2022.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Direito à Educação no Brasil: um histórico pelas constituições**. Belo Horizonte: Mazza, 2014. 80 p.

DIRETORIA EXECUTIVA DA UNDIME (Brasil) (org.). **Caderno de Orientações ao Dirigente Municipal de Educação: fundamentos, políticas e práticas**. 2021. ed. São Paulo: Fundação Santillana, 2020. 146 p. Disponível em: <http://undime-sc.org.br/wp-content/uploads/2021/01/Caderno-de-Orientac%CC%A7o%CC%83es-ao-Dirigente-Municipal-de-Educac%CC%A7a%CC%83o.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2023.

ESTADOS E CIDADES (S.L). Matrículas na Educação Básica em Araçuaí. 2021-2022. Disponível em: https://www.estadosecidades.com.br/mg/aracuai-mg_escolas.html. Acesso em: 31 jan. 2023.

ESTADOS E CIDADES (S.L). Matrículas na Educação Básica em Itinga. 2021-2022. Disponível em: https://www.estadosecidades.com.br/mg/itinga-mg_escolas.html. Acesso em: 31 jan. 2023.

ESTADOS E CIDADES (S.L). Matrículas na Educação Básica em Virgem da Lapa. 2021-2022. Disponível em: https://www.estadosecidades.com.br/mg/virgem-da-lapa-mg_escolas.html. Acesso em: 31 jan. 2023.

FERNANDES, Danyelle Crystina. **O Transporte escolar público no município de Diamantina - MG: a prestação de serviço na Escola Municipal Nathália Jesus Silva**. 2020. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2020. Cap. 05. Disponível em: http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/2534/1/danyelle_crystina_fernandes.pdf. Acesso em: 24 out. 2022

FLACH, Simone de Fátima. **Contribuições Para o Debate Sobre a Qualidade Social da Educação na Realidade Brasileira**. 2012. Disponível em: [file:///C:/Users/vivia/Downloads/191-Texto%20do%20artigo-2184-1-10-20130228%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/vivia/Downloads/191-Texto%20do%20artigo-2184-1-10-20130228%20(2).pdf). Acesso em: 23 fev. 2023.

FNDE (org.). **Caminho da Escola: sobre o caminho da escola**. Sobre o caminho da escola. 2013. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/caminho-da-escola/sobre-o-plano-ou-programa-suple/sobre-o-caminho-da-escola>. Acesso em: 21 mar. 2022.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2005. 79 p. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/xes0xe1>. Acesso em: 12 jul. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997. 165 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 1999. 184 p.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**: questões da nossa época. São Paulo: Cortez, 2001.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha**: volume 1: estratégias e ações. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, 2017. v. 1. 121 p.: il., color. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=76776>. Acesso em: 29 abr. 2022.

FUINI, Lucas Labigalini. **Território e territórios na leitura geográfica de Milton Santos**. Disponível em: [file:///C:/Users/vivia/Downloads/Dialnet-TerritorioETerritoriosNaLeituraGeograficaDeMiltonS-5392232%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/vivia/Downloads/Dialnet-TerritorioETerritoriosNaLeituraGeograficaDeMiltonS-5392232%20(2).pdf). Acesso em: 23 fev. 2023.

GARRIDO, Selma Pimenta; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**: diferentes concepções. 2005/2006. Disponível em: <https://inbio.ufms.br/files/2022/03/texto-2-referencia-2-disciplinas-estagio.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2023.

GROFF, Iliane Bavaresco. **O acesso e a permanência à educação escolar no município de Renascença-PR: percurso de crianças do campo à única escola municipal**. 2018. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2018. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/4046>. Acesso em: 12 nov. 2022.

HISTÓRICO – PNTE. **Programa Nacional de Transporte Escolar**. Disponível em: ftp://ftp.fnde.gov.br/web/transporte_escolar/historico_pnte.pdf. Acesso em: 19 jun. 2021.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Cartilha do Transporte Escolar**. 2005. Brasília: MEC. Disponível em: <http://diamantina.mg.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/cartilha-Transporte-Escolar.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.

IBGE (2021). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/aracuai/panorama>. Acesso em :17 fev.2023

Dicionário Online de Português Léxico. 2014. Disponível em: <https://www.lexico.pt/qualidade/>. Acesso em: 16 set. 2022.

MACÊDO, Sayonara da Silva Medeiros. **O modelo de gestão do empresariado para a educação básica brasileira: embates entre excelência e qualidade social?** 2019. 203 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/20118/1/SonayraDaSilvaMedeirosMac%C3%A0do_Tese.pdf. Acesso em: 12 nov. 2022.

SOUZA, Maria Adélia de **O espaço geográfico e o território usado**. Minha leitura da obra de Milton Santos. [S. l.: s. n.]. 1 vídeo (14:01 min). Youtube. 11 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S6zn7FW3KQg>. Acesso em: 19 jun. 2021.

MINAS GERAIS. **Lei 21.777, de 29 de setembro de 2015**. Institui o Programa Estadual de Transporte Escolar – PTE-MG –, direcionado a alunos da rede estadual de ensino residentes em zona rural. Belo Horizonte: Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=21777&comp=&ano=2015>. Acesso em: 04Jul.2021

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 31 p. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf. Acesso em: 30 jan. 2023.

MONTES CLAROS. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (org.). **Projeto de Curso: motorista de transporte escolar. Motorista de Transporte Escolar**. 2015. Disponível em: <http://ead.ifnmg.edu.br/uploads/documentos/xnhn7Q01Dr.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2023.

NASCIMENTO, José Almir do. **A educação como dispositivo de proteção integral à criança e ao adolescente: um discurso de qualidade**. 2018. 376 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/30010>. Acesso em: 11 nov. 2022.

NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha. **Reflexões acerca dos conceitos de território, territorialidades e redes para o ensino de geografia**. 2013. Disponível em: Acesso em: 14 set. 2022.

PITÁGORAS. **O que é a formação continuada? Leia e entenda**. 2022. Disponível em: <https://blog.pitagoras.com.br/formacao-continuada/>. Acesso em: 01 abr. 2023.

PEREIRA, Viviane Guimarães; RIBEIRO, Eduardo Magalhães; ALMEIDA, Ana Flávia. **A gestão territorial do médio Jequitinhonha: entre dificuldades e possibilidades**. Entre dificuldades e possibilidades. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/4033>. Acesso em: 16 set. 2022.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação**. São Leopoldo: Oikos Ltda, 2015. 326 p. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fwww.ufrgs.br%2Fgprppe%2Fwp-content%2Fuploads%2F2019%2F04%2FLivro-2015.pdf&clen=6117580&chunk=true>. Acesso em: 25 out. 2021.

Polo Jequitinhonha- UFMG. **Agricultura Familiar: a base econômica do vale do Jequitinhonha**. A base econômica do Vale do Jequitinhonha. 2018. Disponível em: <https://www.ufmg.br/polojequitinhonha/2018/09/11/agricultura-familiar-a-base-economica-do-vale/>. Acesso em: 24 fev. 2023.

POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro P.. **A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 317 p. Disponível em: file:///C:/Users/vivia/Downloads/ANDRE_CELLARD_A_analise_documental_p_295.pdf. Acesso em: 24 jan. 2023.

PRATES, Viviane Patrícia Costa; PRATES, Maria Riziane Costa; **Educação como prática política de formação e humanidade: uma experiência com o transporte escolar no município de Araucaí-MG. Arte e em Processos de Subjetivação**. 1ª ed. Porto Alegre, 2019

PROEX- PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO (Brasil) (org.). **Projeto Brumadinho UFMG: na escola**. Na Escola. 2021. Disponível em: <http://projetobrumadinho.ufmg.br/escola/eu-querosaber/mesorregiao-microrregiao>. Acesso em: 25 jan. 2023

RAMALHO, Mara Lúcia. **PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA EM EDUCAÇÃO: arranjos de educação em municípios do Vale do Jequitinhonha e a Fundação Vale**. 2016. 283 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

REY, Fernando Luiz González. **Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-social**. São Paulo: Thomson, 2003. 290 p.

RODRIGUES, Livia Ferreira Velho. **Transporte Ativo Escolar: oportunidades para o município de São Paulo**. Oportunidades para o Município de São Paulo. 2020. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/28862/Dissertacao_Livia.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 24 fev. 2023.

SANTOS, Larissa Amaro dos. **A ATUAÇÃO DO PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE CUITEGI/PB: significações para a educação do campo**. Significações para a educação do campo. 2021. Disponível em: file:///C:/Users/vivia/Downloads/LarissaAmaroDosSantos_Dissert%20(5).pdf. Acesso em: 24 fev. 2023.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2001. 174 p. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnc3R1ZGFudGVkb3JhdXNqdHxneDozMTI4YTM2ZTljOGI1OTQ5>. Acesso em: 31 ago. 2022.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. 332 p. <http://geocrocetti.com/msantos/Territorio.pdf> Acesso em 05Jul.2021

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. En: OSAL: Observatório Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005- . -- ISSN 1515-3282 Disponível em:<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>

SILVA, Eliomar Nascimento da. **A expansão dos cursos na modalidade à distância e a formação inicial de professores em matemática na UFPA: democratização com qualidade social?** 2019. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/bitstream/2011/12247/1/Dissertacao_ExpansaoCursosModalidade.pdf. Acesso em: 12 nov. 2022.

SILVA, Emanuela Alves da. **GESTÃO EDUCACIONAL E QUALIDADE SOCIAL: atuação de dirigentes municipais de educação em dois municípios da microrregião de Cajazeiras/PB (2015-2017)**. 2019. 193 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/27139/1/Gest%C3%A3oeducacionalqualidade_Silva_2019.pdf. Acesso em: 12 nov. 2022.

SILVA, Maria Abádia da. **Qualidade Social da Educação Pública: Algumas aproximações**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 216-226, maio/ago. 2009 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/9dskHZ5yhjhYbXfGNNvm4VK/?lang=pt&format=pdf> Campinas: Cad. Cedes, 2009. 11 p. Acesso em: 10 set. 2021.

SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes da; NETTO, Mário Borges. **Por uma educação do campo: percursos históricos e possibilidades. Entrelaçando**: Revista Eletrônica de Culturas e Educação, Uberlândia, n. 3, p. 1-16, nov. 2011. Disponível em: [file:///C:/Users/vivia/Downloads/POR%20UMA%20EDUCAO%20DO%20CAMPO%20-%20percursos%20historicos%20e%20possibilidades%20_%20Astrogildo%20F.%20da%20Silva%20Jnior%20e%20Mrio%20Borg%20\(7\).pdf](file:///C:/Users/vivia/Downloads/POR%20UMA%20EDUCAO%20DO%20CAMPO%20-%20percursos%20historicos%20e%20possibilidades%20_%20Astrogildo%20F.%20da%20Silva%20Jnior%20e%20Mrio%20Borg%20(7).pdf). Acesso em: 23 fev. 2023.

SIMEDUC Geces. **O Legado da Pesquisa Qualitativa – Minayo**. [S. l.: s. n.]. 1 vídeo (51:11min). Youtube. 27 de agosto de 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=41ZazulbD_c. Acesso em: 20 jun. 2021.

SOUSA, Janaene Leandro de. **Fechamento das escolas do campo no projeto de assentamento dirigido Anauá, no município de Rorainópolis/RR**. 2019. 100 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Roraima, Boa Vista, 2019. Disponível em: <https://www.uerr.edu.br/ppge/wp-content/uploads/2019/05/7.DISSERTA%C3%87%C3%83O-JANAENE.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.

SOUZA, João Valdir Alves de; HENRIQUES, Márcio Simeone (org.). **Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos**. Belo Horizonte: Pró-Reitoria de Extensão da UFMG, 2010. 268 p.

SOUZA, Heder Amaro Velasques de. **A dimensão pedagógica da gestão educacional e a qualidade social da educação básica: um diálogo necessário**. 2018. 181 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da

Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/26934>. Acesso em: 12 nov. 2022.

SOUZA, Rosana Ramos de. **A nucleação escolar no assentamento Vila Amazônia em Parintins/AM e a precarização das condições de acesso, permanência e qualidade social da educação no campo**. 2019. 169 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12288?show=full>. Acesso em: 12 nov. 2022.

STÜRMER*, Arthur Breno; COSTA**, Benhur Pinós da. **Território: aproximações a um conceito-chave da geografia**. 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/vivia/Downloads/robertob,+04-26693%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/vivia/Downloads/robertob,+04-26693%20(2).pdf). Acesso em: 15 set. 2022.

UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. **Sobre o Vale do Jequitinhonha. 2018**. Disponível em: <https://www.ufmg.br/polojequitinhonha/o-vale/sobre-o-vale-do-jequitinhonha/>. Acesso em: 19 jun. 2021.

ANEXO 1

Imagem 1: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE- Município de Araçuaí



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Baseado nas diretrizes contidas na Resolução CNS Nº466/2012

Prezada Senhora Evangelina Sena Fulgêncio

Secretária Municipal de Educação de Araçuaí

Esta pesquisa versa sobre “O TRANSPORTE ESCOLAR PÚBLICO NOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO JEQUITINHONHA: UM OLHAR PARA AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO PARA OS MOTORISTAS. Está sendo desenvolvida por VIVIANE PATRÍCIA COSTA PRATES do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Profissional em Educação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, sob a orientação da Professora Dra. Mara Lúcia Ramalho.

Os objetivos do estudo são: a) analisar as políticas públicas implantadas no território do Médio Jequitinhonha em prol da orientação e/ou formação dos motoristas do transporte escolar, vinculados ao quadro das Secretarias Municipais de Educação com um olhar para a sua qualidade social; b) Identificar as políticas públicas sobre o transporte escolar público, implantadas pelas esferas: Federal, Estadual e Municipal; c) identificar, em documentos oficiais, utilizados pelos Municípios do Médio Jequitinhonha, elementos que desvelam a existência dessas políticas para o motorista.

A finalidade deste trabalho é construir indicadores para uma política de formação para os motoristas do transporte escolar em atuação nos municípios do Médio Jequitinhonha, contribuindo para a qualidade da educação ofertada e garantia do acesso e permanência dos estudantes nas escolas.

Solicitamos a sua colaboração em autorizar o acesso aos documentos da Secretaria Municipal de Educação como: Atas; Relatórios da Gerência do transporte escolar; da Gerência de Documentos e Registros; Normativas e outros que a pesquisadora encontrar que forem relevantes ao tema pesquisado, bem como, autorizar a apresentação dos resultados deste estudo em eventos da área de educação e a publicação em revista científica nacional e/ou internacional.

Informamos que essa pesquisa não apresenta nenhum risco e/ou desconforto para o participante da pesquisa.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, a senhora não é obrigada a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida não participar do estudo ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Viviane Patrícia Costa Prates

Viviane Patrícia Costa Prates

Considerando que fui informada dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, DECLARO O MEU CONSENTIMENTO EM PARTICIPAR DA PESQUISA, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Araçuaí-MG, 28 de outubro de 2022.

Evangelina Sena Fulgêncio faz de

Evangelina Sena Fulgêncio



Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora Viviane Patrícia Costa Prates. Telefone:(33)999713590- Endereço Rua Arnaldo Peixoto ,438, Bairro Planalto Vila Magnólia, Araçuaí, Minas Gerais

CEP:39600-000

E-mail: vpatricia06@gmail.com/ Viviane.patricia@ufvjm.edu.com.br

ANEXO 2

Imagem 2.1: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE- Município de Itinga

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Baseado nas diretrizes contidas na Resolução CNS N°466/2012

Prezada Senhora Marisângela Murta Chaves
Secretária Municipal de Educação de Itinga

Esta pesquisa versa sobre "O TRANSPORTE ESCOLAR PÚBLICO NOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO JEQUITINHONHA: UM OLHAR PARA AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO PARA OS MOTORISTAS. Está sendo desenvolvida por VIVIANE PATRÍCIA COSTA PRATES do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Profissional em Educação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, sob a orientação da Professora Dra. Mara Lúcia Ramalho.

Os objetivos do estudo são: a) analisar as políticas públicas implantadas no território do Médio Jequitinhonha em prol da orientação e/ou formação dos motoristas do transporte escolar, vinculados ao quadro das Secretarias Municipais de Educação com um olhar para a sua qualidade social; b) Identificar as políticas públicas sobre o transporte escolar público, implantadas pelas esferas: Federal, Estadual e Municipal; c) identificar, em documentos oficiais, utilizados pelos Municípios do Médio Jequitinhonha, elementos que desvelam a existência dessas políticas para o motorista.

A finalidade deste trabalho é construir indicadores para uma política de formação para os motoristas do transporte escolar em atuação nos municípios do Médio Jequitinhonha, contribuindo para a qualidade da educação ofertada e garantia do acesso e permanência dos estudantes nas escolas.

Solicitamos a sua colaboração em autorizar o acesso aos documentos da Secretaria Municipal de Educação como: Atas, Relatórios da Gerência do transporte escolar; da Gerência de Documentos e Registros; Normativas e outros que a pesquisadora encontrar que forem relevantes ao tema pesquisado, bem como, autorizar a apresentação dos resultados deste estudo em eventos da área de educação e a publicação em revista científica nacional e/ou internacional.

Informamos que essa pesquisa não apresenta nenhum risco e/ou desconforto para o participante da pesquisa.


Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, a senhora não é obrigada a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida não participar do estudo ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Viviane Patricia Costa Prates


Viviane Patricia Costa Prates

Considerando que fui informada dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, DECLARO O MEU CONSENTIMENTO EM PARTICIPAR DA PESQUISA, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Araçuaí-MG, 28 de outubro de 2022.



Marisângela Murta Chaves





Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora Viviane Patricia Costa Prates. Telefone:(33)999713590- Endereço Rua Arnaldo Peixoto, 438, Bairro Planalto Vila Magnólia, Araçuaí, Minas Gerais

CEP:39600-000

E-mail: vipatricia06@gmail.com Viviane.patricia@ufvjm.edu.com.br

ANEXO 3

Imagem 3.1: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE- Município de Virgem da Lapa

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE
Baseado nas diretrizes contidas na Resolução CNS Nº466/2012

Prezado Senhor Antônio Marcos Caldeira Gomes
Secretário Municipal de Educação de Virgem da Lapa

Esta pesquisa versa sobre "O TRANSPORTE ESCOLAR PÚBLICO NOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO JEQUITINHONHA: UM OLHAR PARA AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO PARA OS MOTORISTAS. Está sendo desenvolvida por VIVIANE PATRÍCIA COSTA PRATES do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Profissional em Educação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, sob a orientação da Professora Dra. Mara Lúcia Rumlho.

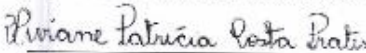
Os objetivos do estudo são: a) analisar as políticas públicas implantadas no território do Médio Jequitinhonha em prol da orientação e/ou formação dos motoristas do transporte escolar, vinculados ao quadro das Secretarias Municipais de Educação com um olhar para a sua qualidade social; b) Identificar as políticas públicas sobre o transporte escolar público, implantadas pelas esferas: Federal, Estadual e Municipal; c) identificar, em documentos oficiais, utilizados pelos Municípios do Médio Jequitinhonha, elementos que desvelam a existência dessas políticas para o motorista.

A finalidade deste trabalho é construir indicadores para uma política de formação para os motoristas do transporte escolar em atuação nos municípios do Médio Jequitinhonha, contribuindo para a qualidade da educação ofertada e garantia do acesso e permanência dos estudantes nas escolas.

Solicitamos a sua colaboração em autorizar o acesso aos documentos da Secretaria Municipal de Educação como: Atas; Relatórios da Gerência do transporte escolar; da Gerência de Documentos e Registros; Normativas e outros que a pesquisadora encontrar que forem relevantes ao tema pesquisado, bem como, autorizar a apresentação dos resultados deste estudo em eventos da área de educação e a publicação em revista científica nacional e/ou internacional.


Informamos que essa pesquisa não apresenta nenhum risco e/ou desconforto para o participante da pesquisa.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o senhor não é obrigado a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida não participar do estudo ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.


Viviane Patricia Costa Prates

Considerando que fui informado dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, DECLARO O MEU CONSENTIMENTO EM PARTICIPAR DA PESQUISA, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Araçuaí-MG, 28 de outubro de 2022.


Antônio Marcos Caldeira Gomes

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora Viviane Patricia Costa Prates. Telefone:(33)999713590- Endereço Rua Arnaldo Peixoto, 438, Bairro Planalto Vila Magnólia, Araçuaí, Minas Gerais

CEP:39600-000

E-mail: vpatriicia06@gmail.com/ Viviane.patriicia@ufvjm.edu.com.br

APÊNDICE - MEMÓRIA DE REUNIÃO COM MOTORISTA DO TRANSPORTE ESCOLAR NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARAÇUAÍ-MG

Durante o período na gestão, da Secretaria Municipal de Educação de Araçuaí-MG, que compreende final de 2015 a final de 2020, a pesquisadora muitas vezes deparou com problemas nas relações interpessoais entre motorista/aluno, pais, comunidade e até mesmo com a parte gestora administrativa do setor público. Diante de tais narrativas e sempre tendo que marcar reuniões para conversas e reflexões, cabe salientar um encontro memorável ao que se trata da parte do motorista do transporte escolar.

Após ter lançado um tema a ser trabalhado durante a gestão que foi “Educação e Vida no Planeta” passou-se a momentos “rodas” de conversa sobre várias temáticas para todos as categorias da Secretaria Municipal de Educação.

Considerando o motorista do transporte escolar, como um importante colaborador no processo educativo e nas metas da gestão mencionada, e sempre dialogando sobre o “Projeto Motorista Educador: conduzindo um presente para o futuro”, durante uma reunião, certa atitude de um motorista chamou a atenção, ou seja: após uma fala da secretária sobre a grandeza das ações de cada um nesse projeto, um motorista ajustou a sua postura na cadeira, consertou a camisa e perguntou: Você está dizendo que nós, motoristas do transporte escolar, somos educadores? A resposta da secretária foi um sim. Acrescentou: quando você, enquanto motorista, recebe o estudante e demonstra cuidado, atenção, zelo e possibilita um diálogo ao que se refere à boa convivência nesse trajeto, cada um de vocês se coloca como um educador. Acrescentou sobre a qualidade social da educação e do mundo que pode ser fortalecida com ações no transporte escolar.

Percebe-se que após essa reunião, houve um pertencimento de “lugar de fala” por parte dos motoristas. Outros aspectos como zelo com o patrimônio; as relações interpessoais; a comunicação entre escolas, motorista, estudantes, equipe gestora e outros melhoraram bastante. Conforme Freire (1997, p.37): “É por isso que transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador.” Assim considera-se esse encontro memorável ao trazer à tona a essência humana do motorista do transporte escolar.

